

## 6. Jardins de Adônis

*A revolução que nunca ocorreu: Como os povos neolíticos evitaram a agricultura*

Voltemos, então, às origens do cultivo da terra.

PRECONCEITOS PLATÔNICOS, E COMO ELES OBSCURECEM NOSSAS  
IDEIAS SOBRE A INVENÇÃO DA AGRICULTURA

Diga-me, escreve Platão:

Um agricultor sério e inteligente, com sementes que prezasse e quisesse cultivar para obter seus frutos, iria semeá-las nos jardins de Adônis e se alegraria ao vê-las crescerem viçosas em questão de oito dias; ou, se chegasse a semeá-las, faria isso por diversão e festejo? Para coisas que realmente levasse a sério, ele não usaria seus conhecimentos de agricultor, plantando-as num ambiente adequado e ficando contente se tudo o que plantara chegasse à maturidade no oitavo mês?<sup>1</sup>

Os jardins de Adônis, a que Platão aqui se refere, eram uma espécie de processo acelerado de plantio para fins festivos que não produzia alimentos. Para o filósofo, constituíam uma analogia conveniente para todas as coisas

precoces e atraentes, mas estéreis. No auge do verão, quando nada crescia, as mulheres da antiga Atenas montavam esses pequenos jardins em vasos e cestos. Cada um continha uma mistura de ervas e cereais de rápida germinação. As sementeiras improvisadas eram levadas escada acima até a cobertura plana das casas, e ali deixadas a esturricar ao sol: uma reencenação botânica da morte prematura de Adônis, o caçador morto no vigor da juventude por um javali selvagem. Então, para além do olhar público dos homens e das autoridades cívicas, iniciavam-se os ritos no alto das casas. Abertos a mulheres de todas as classes da sociedade ateniense, inclusive as prostitutas, eram ritos de lamentação, mas também de desenfreada embriaguez e, sem dúvida, de outras formas de êxtase.

Os historiadores concordam que as raízes desse culto feminino se encontram nos ritos mesopotâmicos de fertilidade de Dumuzi/ Tammuz, o deus pastor e personificação da vida vegetal, cuja morte era lamentada a cada verão. O culto de Adônis, sua encarnação grega antiga, se espalhou da Fenícia para o oeste, até a Grécia, na esteira da expansão assíria no século VII a.C. Hoje em dia, alguns estudiosos veem a coisa toda como uma subversão turbulenta dos valores patriarcais: uma antítese das sóbrias e decorosas Tesmofórias (as festas de outono da deusa grega da fertilidade, Deméter), promovidas sob a égide do Estado, celebradas pelas esposas de cidadãos atenienses e dedicadas ao cultivo agrícola mais sério do qual dependia a vida da cidade. Outros interpretam a história de Adônis de maneira oposta, como um réquiem pelo drama primordial da caça, relegada à margem pelo advento da agricultura, mas não esquecida — um eco da masculinidade perdida.<sup>2</sup>

Tudo muito bom, tudo muito bem, diríamos, mas o que isso tem a ver com as origens da lavoura? Qual é a relação entre os jardins de Adônis e os primeiros indícios neolíticos de agricultura, uns 8 mil anos antes de Platão? Bem, em certo sentido, eles têm tudo a ver. Pois esses debates acadêmicos condensam exatamente os tipos de problemas que cercam qualquer investigação moderna desse tema fundamental. Estaria a lavoura desde o começo relacionada com a seríssima questão de produzir mais alimentos para prover às populações em crescimento? A maioria dos estudiosos aceita como fato incontestado que devia ser essa a principal razão para a criação da lavoura. Mas talvez tenha começado como um tipo de processo mais lúdico ou mesmo subversivo — ou talvez até como um efeito colateral de outras preocupações, como a vontade

de passar mais tempo em certos tipos de locais, onde as verdadeiras prioridades eram a caça e a troca. Qual dessas duas ideias de fato encarna o espírito dos primeiros agricultores: as pragmáticas Tesmofórias estatais ou os divertidos e prazerosos jardins de Adônis?

Sem dúvida, os próprios povos do Neolítico — os primeiros agricultores do mundo — passaram um bom tempo debatendo questões semelhantes. Para dar uma ideia das razões de nossa afirmação, vejamos Çatalhöyük, provavelmente o sítio neolítico mais famoso do mundo.

#### COMO ÇATALHÖYÜK, A CIDADE MAIS ANTIGA DO MUNDO, GANHOU UMA NOVA HISTÓRIA

Situada na planície de Konya, na Turquia central, Çatalhöyük foi colonizada por volta de 7400 a.C. e continuou a ser povoada por cerca de 1500 anos (só para dar alguns parâmetros, é mais ou menos o mesmo período que nos separa de Amalafriada, rainha dos vândalos, que alcançou o auge de sua influência por volta de 523 d.C.). Com treze hectares, era mais uma pequena cidade do que uma aldeia, com cerca de 5 mil habitantes. No entanto, não tinha nenhum centro visível, nem instalações comunais e sequer ruas: apenas uma densa aglomeração de casas, uma após a outra, todas de contornos e tamanhos parecidos, com acesso pelo telhado, por uma escada.

Se a planta geral de Çatalhöyük sugere um etos de monótona uniformidade, um labirinto de paredes de barro idênticas, a vida no interior dessas construções aponta na direção oposta. Inclusive, outra razão para a fama do sítio é a tendência nitidamente macabra de seus moradores para a decoração de interiores. Quem já deu uma olhada dentro de uma casa Çatalhöyük nunca mais esquece: uma sala central, com não mais de cinco metros de lado a lado, com crânios e chifres de gado e de outros animais se projetando do interior das paredes e às vezes do exterior dos móveis e acessórios. Muitas salas também tinham estatuetas e vívidas pinturas nas paredes, e dispunham de plataformas sob as quais residia uma parte dos mortos da casa — restos mortais de seis a sessenta indivíduos por residência — servindo de esteio aos vivos. Impossível deixar de lembrar a imagem de Maurice Sendak, de uma casa mágica em que “as paredes se tornavam todo o mundo ao redor”.<sup>3</sup>

Há gerações de arqueólogos que preferem ver Çatalhöyük como um monumento às “origens da agricultura”. Certamente é fácil de entender a razão disso. Trata-se de um dos primeiros grandes assentamentos que conhecemos, cujos habitantes praticavam a agricultura e obtinham a maior parte de sua alimentação de cereais, leguminosas, ovinos e caprinos domesticados. Assim, parece plausível considerá-los como os próprios engenheiros da chamada “Revolução Agrícola”, como se tem dito desde a época de V. Gordon Childe — pré-historiador e autor de *A evolução cultural do homem* (1936) e *O que aconteceu na história* (1942) —, e quando começaram as escavações, nos anos 1960, a notável cultura material de Çatalhöyük foi assim interpretada. Estatuetas de barro de mulheres sentadas, inclusive um exemplar famoso ladeado por felinos, foram interpretadas como representações de uma Deusa Mãe, presidindo à fertilidade das mulheres e dos campos cultivados. Os crânios de bois (“*bucrania*”) embutidos nas paredes foram vistos como pertencentes ao gado doméstico, dedicados a uma divindade taurina responsável pela proteção e reprodução dos rebanhos. Algumas construções foram identificadas como “santuários”. Considerou-se que toda essa vida ritual se referia ao plantio a sério — uma representação neolítica mais no espírito de Deméter do que no de Adônis.<sup>4</sup>

Escavações mais recentes, porém, sugerem que descartamos Adônis rápido demais.<sup>5</sup> Desde os anos 1990, os novos métodos de trabalho de campo empregados em Çatalhöyük trouxeram uma série de surpresas que nos obrigam a rever a história da cidade mais antiga do mundo e também nossa maneira de pensar sobre as origens da agricultura em geral. Constatou-se que o gado, no fim das contas, não era domesticado: aqueles crânios impressionantes eram de ferozes auroques selvagens. Os santuários não eram santuários, e sim casas onde as pessoas se dedicavam a atividades do cotidiano, como cozinhar, comer e trabalhar nos seus ofícios artesanais — eram como qualquer outro lugar, a não ser pelo fato de conterem uma maior quantidade de objetos rituais. Mesmo a Deusa Mãe foi relegada às sombras. Não tanto porque as corpulentas estatuetas femininas pararam de aparecer nas escavações, mas porque os novos achados passaram a ser encontrados não em santuários ou em tronos, mas em montes de lixo e refugos no lado de fora das casas, com as cabeças quebradas e removidas, e não pareciam mesmo terem sido tratadas como objetos de veneração religiosa.<sup>6</sup>

Hoje, a maioria dos arqueólogos considera um grande equívoco interpretar as imagens pré-históricas de mulheres corpulentas como “deusas da fertilidade”, uma ideia que é fruto de fantasias vitorianas há muito ultrapassadas sobre o “matriarcado primitivo”. No século XIX, de fato, o matriarcado era considerado o modo-padrão de organização política das sociedades neolíticas (em oposição ao patriarcado opressor da subsequente Idade do Bronze). Em decorrência disso, quase todas as imagens de mulheres de aparência fértil eram interpretadas como representações de deusas. Atualmente, os arqueólogos estão mais propensos a assinalar que muitas estatuetas poderiam muito bem ter sido os equivalentes locais de bonecas infantis, como Barbies (o tipo de Barbie que se poderia ter numa sociedade com padrões de beleza feminina muito diferentes); ou que diferentes estatuetas poderiam ter servido a finalidades totalmente diversas (o que é correto, sem dúvida); ou a deixar toda a discussão de lado afirmando que simplesmente não temos e nunca teremos a menor ideia dos motivos que levavam as pessoas a criarem tantas imagens femininas, de modo que o mais provável é que todas as interpretações oferecidas sejam projeções de nossos próprios pressupostos sobre as mulheres, o gênero ou a fertilidade, mais do que qualquer coisa que fizesse sentido para um habitante da Anatólia neolítica.

Tudo isso pode parecer um pouco detalhista demais, mas, como veremos, há muita coisa em jogo nessas distinções tão sutis e minuciosas.

#### A POSSIBILIDADE DE Matriarcados Neolíticos, Uma Espécie DE ZONA PROIBIDA ACADÊMICA

Não foi só a ideia de “matriarcado primitivo” que se tornou hoje um espantelho: a mera sugestão de que as mulheres tenham ocupado posições de maior destaque nas primeiras comunidades agrícolas é um convite à censura acadêmica. Talvez isso não seja tão surpreendente. Assim como os rebeldes sociais, desde os anos 1960, tendiam a idealizar os bandos de caçadores-coletores, as gerações anteriores de poetas, anarquistas e boêmios tinham sido propensas a idealizar o Neolítico como uma teocracia benevolente governada por sacerdotisas da Grande Deusa, a onipotente ancestral distante de Inanna, Ishtar, Astarté e da própria Deméter — até que essas sociedades

foram esmagadas pela chegada de homens patriarcais violentos, falantes de uma língua indo-europeia, vindos das estepes a cavalo ou, no caso do Oriente Médio, de nômades falantes de uma língua semítica, oriundos dos desertos. A maneira de enxergar esse confronto imaginário acabou criando uma grande divisão política no final do século XIX e começo do século XX.

Para dar uma ideia do que se trata, vejamos Matilda Joselyn Gage (1826-1898), considerada em vida como uma das mais importantes feministas norte-americanas. Gage era também anticristã, atraída pelo “matriarcado” haudenosaunee, que acreditava ser um dos poucos exemplos restantes da organização social neolítica, e vigorosa defensora dos direitos indígenas, a ponto de ser adotada como mãe do clã mohawk. (Ela passou os anos finais de vida na casa de seu devotado genro, L. Frank Baum, autor dos livros de *Oz* — uma série de catorze volumes que, como muitos já mencionaram, traz rainhas, fadas e princesas, mas nenhuma figura masculina de autoridade.) Em *Woman, Church, and State* [A mulher, a igreja e o Estado] (1893), Gage postulou a existência universal de uma forma inicial de sociedade “conhecida como Matriarcado ou governo da Mãe”, em que as instituições governamentais e religiosas seguiam os moldes da relação entre a mãe e sua prole no lar.

Ou então vejamos um dos dois discípulos favoritos de Sigmund Freud: Otto Gross, um anarquista que, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, desenvolveu uma teoria de que o superego era na verdade o patriarcado, e precisava ser destruído para liberar o inconsciente coletivo matriarcal benevolente, que considerava ser o resíduo oculto, mas ainda vivo, do Neolítico. (Isso ele tentou empreender, em grande parte, com o uso de drogas e relações sexuais poliamorosas; a obra de Gross hoje é lembrada em grande medida por sua influência sobre o outro discípulo favorito de Freud, Carl Jung, que conservou a ideia de inconsciente coletivo, mas rejeitou as conclusões políticas de Gross.) Depois da Grande Guerra, os nazistas começaram a adotar a mesma história das invasões “arianas” da perspectiva oposta, representando os invasores patriarcais imaginários como os ancestrais de sua raça superior.

Com essa politização tão intensa de leituras obviamente fantasiosas da pré-história, não admira muito que o tema do “matriarcado primitivo” tenha se tornado uma fonte de vergonha — o equivalente intelectual a uma zona proibida — para as gerações seguintes. Mas é difícil evitar a impressão de que de fato existe algo aqui. O grau de apagamento foi extraordinário, muito

maior do que a mera suspeita de se tratar de uma teoria muito forçada ou ultrapassada justificaria. Entre os acadêmicos atuais, a crença no matriarcado primitivo é tratada como uma espécie de crime intelectual, quase equivalente ao “racismo científico”, e seus expoentes foram eliminados da história: Gage, da história do feminismo; Gross, da história da psicologia (apesar de ter criado conceitos como introversão e extroversão e ter trabalhado com muita gente de destaque, desde Franz Kafka e os dadaístas de Berlim a Max Weber).

Isso causa estranhamento. Afinal, um século parece tempo mais do que suficiente para a poeira se assentar. Por que o assunto ainda continua tão cercado de tabus?

Muito dessa suscetibilidade provém de uma reação contra o legado de uma arqueóloga lituano-americana chamada Marija Gimbutas. Nos anos 1960 e 1970, Gimbutas era uma grande autoridade no período final da pré-história da Europa Oriental. Hoje em dia, costumam representá-la como uma figura excêntrica, a exemplo de rebeldes da psiquiatria como Otto Gross, acusada de tentar reviver a mais ridícula das velhas fantasias vitorianas sob vestes modernas. Não só isso é falso (entre os que desqualificam o seu trabalho, são pouquíssimos os que parecem ter de fato lido alguma coisa de sua obra), como também criou uma situação que torna difícil para os estudiosos sequer especularem como a hierarquia e a exploração vieram a criar raízes na esfera doméstica — a menos que se queira voltar a Rousseau e à noção simplista de que a agricultura sedentária, de alguma maneira, gerou automaticamente o poder dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre os filhos.

Na verdade, se lermos os livros de Gimbutas — como *The Goddesses and Gods of Old Europe* [Os deuses e deusas da Velha Europa] (1982) —, rapidamente percebemos que a autora estava se dedicando a algo que, até então, só os homens tinham sido autorizados a tentar: elaborar uma narrativa grandiosa sobre as origens da civilização eurásiana. Para isso, tomou como base o mesmo conceito de “áreas de cultura” que abordamos no capítulo anterior, usando-o para afirmar que, em alguns aspectos (mas certamente não em todos), a velha história vitoriana sobre os agricultores adoradores da deusa e os invasores arianos era mesmo verdadeira.

Gimbutas estava empenhada em entender os contornos gerais de uma tradição cultural a que chamava de “Velha Europa”, um mundo de aldeias neolíticas sedentárias concentradas nos Bálcãs e no Mediterrâneo Oriental

(mas se estendendo também mais ao norte), onde, segundo ela, homens e mulheres eram igualmente valorizados e as diferenças de riqueza e status eram bastante circunscritas. Segundo suas estimativas, a Velha Europa se estendeu mais ou menos de 7000 a.C. a 3500 a.C. — o que, mais uma vez, é um período considerável. Ela acreditava que essas sociedades eram essencialmente pacíficas e que compartilhavam de um panteão comum sob a tutela de uma deusa suprema, cujo culto é atestado em centenas e centenas de estatuetas femininas — algumas pintadas com máscaras — encontradas em assentamentos neolíticos, desde o Oriente Médio até os Bálcãs.<sup>7</sup>

Segundo Gimbutas, a “Velha Europa” teve um fim catastrófico no terceiro milênio a.C., quando os Bálcãs foram invadidos por uma migração de povos criadores de gado — o chamado povo “*kurgan*” — originários da Estepe Pôntica, ao norte do mar Negro. O termo *kurgan* se refere à característica de mais fácil identificação arqueológica desses grupos: túmulos de terra amontoados sobre as sepulturas dos guerreiros (tipicamente masculinos), enterrados com armas e ornamentos de ouro, e com extravagantes sacrifícios de animais e, por vezes, também de “dependentes” humanos. Todas essas características atestavam valores opostos ao etos comunitário da Velha Europa. Os grupos recém-chegados eram aristocráticos, “androcáticos” (ou seja, patriarcais) e extremamente belicosos. Gimbutas os considerava responsáveis pela difusão ocidental das línguas indo-europeias, pela instauração de novas espécies de sociedades baseadas na subordinação radical das mulheres e pela ascensão dos guerreiros como casta dominante.

Conforme citamos, tudo isso guardava uma certa semelhança com as velhas fantasias vitorianas — mas havia diferenças fundamentais. A versão anterior se baseava numa antropologia evolucionária que considerava o matriarcado como a condição original da espécie humana porque, de início, as pessoas supostamente não entendiam a paternidade fisiológica e julgavam que as mulheres eram as únicas responsáveis pela procriação. Isso significava, claro, que as comunidades caçadoras-coletoras anteriores deviam ser tão matrilineares e matriarcais quanto os primeiros agricultores, se não mais — algo que muitos inclusive defendiam como pressupostos básicos, apesar da total ausência de qualquer tipo evidência. Gimbutas, porém, não propunha nada desse tipo: seu argumento tratava da autonomia e da prioridade ritual das mulheres no Neolítico europeu e médio-oriental. Todavia, nos anos 1990,



muitas ideias suas se tornaram uma bandeira para ecofeministas, religiões New Age e uma legião de outros movimentos sociais, inspirando uma enxurrada de livros populares que iam do filosófico ao ridículo — e, nesse processo, acabaram se entrelaçando com algumas das velhas ideias vitorianas mais extravagantes.

Em vista de tudo isso, muitos arqueólogos e historiadores concluíram que Gimbutas estava turvando as águas que dividiam a pesquisa científica da literatura popular. Não demorou muito, e ela passou a ser acusada de praticamente tudo de que a academia conseguiu lançar mão: desde escolher a dedo as evidências de acordo com sua conveniência a deixar de acompanhar os avanços metodológicos, de se entregar a um sexismo às avessas ou de se comprazer em “mitificar”. Chegou até a se tornar alvo do supremo insulto da psicanálise pública, quando importantes periódicos acadêmicos publicaram artigos sugerindo que suas teorias sobre o deslocamento da Velha Europa eram basicamente projeções fantasmagóricas de sua tumultuada experiência de vida, quando Gimbutas fugiu de sua terra natal, a Lituânia, ao final da Segunda Guerra Mundial e na esteira das invasões estrangeiras.<sup>8</sup>

Felizmente, talvez, a própria Gimbutas, falecida em 1994, não estava presente para acompanhar grande parte desses acontecimentos. Mas isso também significou que ela nunca pôde dar uma resposta. Algumas, talvez a maioria, dessas críticas continham elementos de verdade — embora sem dúvida se possam fazer críticas similares a praticamente qualquer arqueólogo que desenvolva um tema abarcando um extenso período histórico. Os argumentos de Gimbutas incluíam uma certa mitificação, o que em parte explica a humilhação geral de seu trabalho por parte da comunidade acadêmica. Mas, quando são os homens da academia que se entregam a tal mitificação — e, como vimos, isso é bem frequente —, eles não só passam ilesos, como muitas vezes ganham prestigiosos prêmios literários e séries de palestras são batizadas com seu nome. É provável que se tenha considerado que Gimbutas estava invadindo, e deliberadamente subvertendo, um gênero de narrativa grandiosa que era (e ainda é) dominado por autores homens, como nós mesmos. No entanto, o que ganhou em troca não foi um prêmio literário ou um lugar entre os respeitados ancestrais da arqueologia — foi o aviltamento póstumo quase universal ou, ainda pior, a conversão em objeto de desprezo desdenhoso.

Pelo menos até bem pouco tempo atrás.

Nos últimos anos, a análise de DNAs antigos — que não existia na época de Gimbutas — tem levado uma série de arqueólogos importantes a admitirem que pelo menos uma parte significativa da reconstituição feita por ela provavelmente estava correta. Se esses novos argumentos, apresentados com base na genética populacional, estiverem corretos pelo menos em termos gerais, então de fato houve uma expansão de povos pastores das pradarias ao norte do mar Negro por volta da época que Gimbutas supusera: o terceiro milênio a.C. Alguns estudiosos inclusive afirmam que houve migrações maciças partindo das estepes eurásianas naquela época, levando ao realocamento da população e talvez à difusão de línguas indo-europeias em extensos trechos da Europa Central, tal como concebera Gimbutas. Outros são bem mais cautelosos; mas, seja como for, após décadas de silêncio quase completo, de repente as pessoas voltam a falar sobre essas questões e, portanto, sobre a obra de Gimbutas.<sup>9</sup>

E quanto à outra metade do argumento de Gimbutas, de que as sociedades do Neolítico Inicial eram relativamente isentas de níveis e hierarquias? Antes mesmo de começar a responder a essa pergunta, é preciso esclarecer alguns equívocos. Gimbutas, na verdade, nunca afirmou com todas as letras a existência de matriarcados neolíticos. Na verdade, o termo parece ter significados bem variados para diferentes autores. Considerando que com “matriarcado” se descreve uma sociedade em que há a preponderância de mulheres nas posições políticas formais, pode-se de fato dizer que é extremamente raro na história humana. Existem inúmeros exemplos de mulheres com poder executivo efetivo, comandando exércitos ou criando leis, mas são pouquíssimas, se é que existem, as sociedades em que se espera normalmente que *apenas* mulheres detenham o poder executivo, comandem exércitos ou criem leis. Mesmo rainhas fortes, como Elizabeth I da Inglaterra, a Imperatriz Mãe da China ou Ranavalona I de Madagascar não nomearam principalmente outras mulheres como conselheiras, comandantes, juízas e ocupantes de altos cargos públicos.

Em todo caso, há outro termo — “ginarquia” ou “ginecocracia” — para descrever o papel político das mulheres. A palavra “matriarcado” significa algo bem diferente. Há aqui uma certa lógica: “patriarcado”, afinal, se refere não ao fato de que são os homens que ocupam cargos públicos, mas acima de tudo à autoridade dos patriarcas, isto é, os homens chefes de família — uma autoridade que opera como modelo simbólico e base econômica do poder

masculino em outros campos da vida social. O matriarcado poderia se referir a uma situação equivalente, em que o papel da mãe na casa também se torna o modelo, e a base econômica, para a autoridade feminina em outros aspectos da vida (o que não significa necessariamente a dominação em sentido violento ou exclusionista), e em decorrência disso as mulheres ganham uma preponderância no exercício do poder no dia a dia.

Vistos dessa maneira, os matriarcados são bem reais. O próprio Kondiaronk presumivelmente vivia em um. Em sua época, os grupos falantes de iroquês, como os wendats, viviam em cidades formadas por casas comunitárias com cinco ou seis famílias. Cada uma era dirigida por um conselho de mulheres — os homens que moravam ali não tinham um conselho paralelo próprio —, cujas integrantes controlavam todos os estoques essenciais de alimentos, roupas e instrumentos. A esfera política em que atuava o próprio Kondiaronk era talvez a única na sociedade wendat que não tinha predomínio feminino, e mesmo assim havia conselhos de mulheres com poder de veto sobre qualquer decisão dos conselhos masculinos. Com essa definição, as nações Pueblo, como os hopis e os zuñis, também se qualificariam como matriarcados, e os minangkabaus, um povo muçulmano de Sumatra, se descrevem como matriarcais exatamente por essas mesmas razões.<sup>10</sup>

É verdade que tais ordenamentos matriarcais são um tanto raros — pelo menos nos registros etnográficos, que cobrem aproximadamente os últimos duzentos anos. Mas, depois que se evidencia que esses ordenamentos podem existir, não temos nenhuma razão especial para excluir a possibilidade de que fossem mais comuns nos tempos neolíticos ou para supor que Gimbutas — ao procurá-los nesse período — estivesse fazendo algo intrinsecamente fantasioso ou equivocado. Como qualquer hipótese, é uma questão de avaliar e contextualizar as evidências.

Isso nos leva de volta a Çatalhöyük.

#### COMO REALMENTE PODE TER SIDO A VIDA NA CIDADE NEOLÍTICA MAIS FAMOSA DO MUNDO

Recentemente, uma série de descobertas entre a arte de miniaturas de Çatalhöyük aparenta mostrar que a forma feminina era um foco especial

de atenção ritual, de esmerada artesanaria e de reflexão simbólica sobre a vida e a morte. Uma delas é uma figura de argila com a frente feminina tipicamente corpulenta, que nas costas, passando por braços de aparência emaciada, forma um esqueleto modelado de forma meticulosa. A cabeça, agora perdida, era fixada numa cavidade no topo. Outra estatueta feminina tem uma pequena cavidade no centro das costas, onde fora posta uma semente de uma planta silvestre. E os escavadores encontraram dentro de uma plataforma doméstica, como as usadas para sepultamentos, uma estatueta feminina de calcário, muito bem entalhada e especialmente reveladora. Sua detalhada representação esclarece um aspecto das figuras de argila mais comuns: os seios murchos, a barriga caída e os depósitos de gordura aparentam representar não a gravidez, como se acreditava antes, mas sim a velhice.<sup>11</sup>

Essas descobertas sugerem que as estatuetas femininas mais comuns, embora claramente não fossem objetos de culto, tampouco eram bonecas ou brinquedos. Deusas? É pouco provável. Mas é bem possível que fossem alguma espécie de matriarcas, cujas formas revelavam um interesse em torno de anciãs como figuras de autoridade. E não se encontrou nenhuma representação equivalente para os homens. Claro que isso não significa que devemos ignorar as inúmeras outras estatuetas neolíticas que apresentam possíveis atributos fálicos ou atributos masculino-femininos mistos, ou são tão simplificadas que nem conseguimos identificá-las direito como masculinas ou femininas, ou sequer como visivelmente humanas. Da mesma forma, as ocasionais ligações entre estatuetas e máscaras no Neolítico — atestadas tanto no Oriente Médio como na Europa Oriental<sup>12</sup> — podem estar relacionadas com ocasiões ou apresentações em que tais distinções categóricas eram apagadas ou mesmo invertidas de forma deliberada (algo não muito diferente, digamos, das mascaradas da Costa do Pacífico na América do Norte, em que as divindades e os que faziam sua personificação eram quase sempre homens).

Não existe nenhuma evidência de que a população feminina de Çatalhöyük tivesse um padrão de vida melhor que o da população masculina. Estudos detalhados de esqueletos e dentes humanos revelam uma paridade básica na alimentação e saúde, bem como no tratamento ritual dos cadáveres masculinos e femininos.<sup>13</sup> Mesmo assim, permanece a questão de que não existe nenhuma representação tão esmerada ou elaborada de formas masculinas na arte transportável de Çatalhöyük. Já a decoração das paredes é outro

assunto. Quando surgem cenas coerentes nos murais remanescentes, referem-se sobretudo à caça e ao acuação de animais como javalis, cervos, ursos e touros bravos. Os participantes são homens e meninos, aparentemente representados em diversos estágios da vida ou talvez ingressando em determinadas etapas com as provas de iniciação na caça. Algumas dessas figuras cheias de energia usam pele de leopardo; numa cena que retrata o cerco a um gamo, todos têm barba.

Uma questão que emerge claramente das pesquisas mais recentes em Çatalhöyük é a maneira como a organização doméstica permeia quase todos os aspectos da vida social. Apesar da densidade e das dimensões consideráveis da área construída, não existem indícios de uma autoridade central. Cada moradia se apresenta como que um mundo em si mesmo — um local apartado de produção, armazenagem e consumo. Cada uma também parecia ter um grau significativo de controle sobre seus rituais próprios, sobretudo no que se referia ao tratamento dado aos mortos, ainda que, obviamente, especialistas em rituais pudessem passar por lá. Embora não fique claro quais eram as regras e hábitos sociais responsáveis em manter a autonomia das casas, o que parece evidente é que tais regras eram aprendidas sobretudo dentro da própria casa, não só em suas cerimônias, mas também em sua rotina de preparo da comida, limpeza do chão, caição das paredes e assim por diante.<sup>14</sup> Tudo isso faz lembrar vagamente a Costa Noroeste, onde a sociedade era um conjunto de casas grandes, com a ressalva de que os habitantes dessas casas neolíticas não apresentam nenhum sinal de divisão hierárquica.

Os moradores de Çatalhöyük pareciam atribuir grande valor à rotina. É o que vemos com muita clareza na meticulosa reprodução da planta das casas ao longo do tempo. Cada casa era tipicamente usada por cinquenta a cem anos, e depois disso era desmontada e soterrada para servir de alicerce para a moradia que a substituiria. Paredes de barro se erguiam sobre paredes de barro, no mesmo local, século após século, por períodos que chegavam a um milênio. Um dado ainda mais espantoso é que atributos mais específicos, como lareiras, fornos, recipientes de estocagem e plataformas, todos feitos de barro, costumam seguir os mesmos padrões repetitivos de construção por períodos igualmente longos. Mesmo as imagens e instalações rituais reaparecem diversas vezes, em diferentes versões, mas nos mesmos locais, muitas vezes em longos intervalos temporais.

Çatalhöyük, então, era uma “sociedade igualitária”? Não há sinais de nenhum ideal igualitário consciente, no sentido de, digamos, uma preocupação com a uniformidade na arte, na arquitetura ou na cultura material; mas tampouco há muitos sinais explícitos de hierarquizações. De todo modo, assim como construíam histórias, as casas também parecem ter adquirido um certo grau de prestígio cumulativo. Isso se reflete numa certa densidade de troféus de caça, plataformas de sepultamento e pedaços de obsidiana — um vidro vulcânico escuro, obtido em nascentes nas terras altas da Capadócia, uns duzentos quilômetros ao norte. A autoridade das casas com longo tempo de ocupação parece condizer com a ideia de que as pessoas de mais idade, talvez mais especificamente as mulheres, ocupavam posições importantes. Mas as casas de maior prestígio estão distribuídas entre as de menor prestígio e não se congregam em áreas de elite. Quanto às relações de gênero, podemos discernir um grau de simetria ou, pelo menos, de complementaridade. Na arte pictórica, os temas masculinos não abarcam os femininos, e vice-versa. Os dois domínios parecem, no máximo, ficar apartados em setores diferentes das moradias.

Quais eram as realidades subjacentes ao trabalho e à vida social em Çatalhöyük? O aspecto mais marcante em todas essas artes e rituais é que não trazem quase nenhuma referência à agricultura. Conforme citamos, em termos alimentares, os cereais domésticos (trigo e cevada) e os animais domesticados (carneiros e cabras) eram de importância muito maior do que os recursos silvestres. Sabemos disso por causa da grande quantidade de restos orgânicos recuperados em todas as casas. Mesmo assim, durante um milênio, a vida cultural da comunidade se manteve obstinadamente voltada para os mundos da caça e da coleta. A esta altura, é de se perguntar até que ponto o quadro que traçamos sobre a vida em Çatalhöyük está completo e quais seriam suas maiores lacunas.

#### COMO PODERIA TER OPERADO A SAZONALIDADE DA VIDA SOCIAL NAS PRIMEIRAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS

As escavações arqueológicas da Çatalhöyük neolítica correspondem a apenas uns 5% da área.<sup>15</sup> As sondagens e os levantamentos não apresentam nenhuma razão especial para crer que outras partes da cidade fossem muito diferen-

tes, mas isso serve para nos lembrar como nosso conhecimento é reduzido e que também precisamos pensar nos elementos ausentes dos registros arqueológicos. Por exemplo, está claro que o piso das casas era varrido com frequência e, assim, a distribuição espacial dos artefatos está longe de ser uma representação direta das atividades passadas, que só podem ser rastreadas de modo fidedigno pelos minúsculos fragmentos e resíduos entranhados no reboco.<sup>16</sup> Foram localizadas também esteiras de junco, que cobriam as superfícies e móveis do aposento, afetando ainda mais o quadro. Não precisamos necessariamente saber de tudo ou, talvez, nem sequer de metade do que se passava nas casas — na verdade, nem quanto tempo os moradores passavam nessas construções peculiares e bastante apertadas.

Levando isso em consideração, vale a pena dar uma olhada mais abrangente no sítio de Çatalhöyük em relação aos seus antigos arredores, que a ciência arqueológica nos permite reconstituir, pelo menos em linhas gerais. Çatalhöyük ficava situada numa área pantanosa (daí todo o barro e argila de que dispunham), periodicamente inundada pelo rio Çarsamba, que se bifurcava ao entrar na planície de Konya. Os pântanos deviam cercar o sítio durante grande parte do ano, entremeados por áreas de terra firme mais elevadas. Os invernos eram frios e úmidos, e os verões, de um calor opressivo. Da primavera ao outono, os rebanhos de carneiros e cabras deviam ser pastoreados entre as pastagens na planície, às vezes indo até as terras altas. Muito provavelmente, o plantio se dava no final da primavera, na baixada do Çarsamba, onde as culturas podiam amadurecer em três meses, com a colheita e o processamento no final do verão — cereais de crescimento rápido, na estação de Adônis.<sup>17</sup>

Ainda que todas essas tarefas pudessem ser realizadas perto da cidade, incluíam inevitavelmente uma fase de dispersão periódica, com a reconfiguração das formas de ordenamentos do trabalho e dos assuntos sociais como um todo. E, como nos lembram os ritos de Adônis, podia existir no teto das casas outro tipo de vida social completamente distinto. Na verdade, é bem provável que aquilo que encontramos no que restou da área construída de Çatalhöyük sejam, em grande medida, os ordenamentos sociais dominantes no inverno, com seu intenso e característico cerimonialismo concentrado na caça e na veneração dos mortos. Nessa época do ano, já feita a colheita, a organização necessária para o trabalho agrícola poderia ceder lugar a um tipo diferente de realidade social, quando a vida da comunidade voltava a se recolher

ao espaço doméstico, assim como os rebanhos de carneiros e cabras ficavam em seus currais.

As variações sazonais da estrutura social<sup>18</sup> se faziam bastante presentes em Çatalhöyük, e essas alternâncias cuidadosamente equilibradas parecem fundamentais para entender a prolongada duração da cidade. Nos contatos diários da vida familiar, em casa e entre as casas, predominava um grau impressionante de igualdade material. Mas, ao mesmo tempo, a hierarquia se desenvolvia em ritmos mais lentos, encenada em rituais que uniam os vivos aos mortos. O pastoreio e o cultivo agrícola certamente incluíam uma rigorosa divisão do trabalho, para salvaguardar a colheita anual e proteger os rebanhos — mas, nesse caso, tal divisão encontrava pouco espaço na vida cerimonial da casa, que extraía sua energia de fontes mais antigas — mais Adônís do que Deméter.

Surgiu, porém, uma certa controvérsia sobre o local em que o povo de Çatalhöyük plantava sua lavoura. De início, estudos ao microscópio de restos de cereais sugeriam uma área em terra firme. Em vista da extensão conhecida dos antigos pântanos na bacia do Konya, isso significaria que os campos aráveis se localizavam a pelo menos treze quilômetros da cidade, o que não parece muito plausível devido à inexistência de carroças puxadas por jumentos ou bois (vale lembrar que o gado bovino ainda não era domesticado naquela região, e muito menos atrelado ou emparelhado a qualquer coisa). Análises posteriores dão sustentação à hipótese de um local mais próximo, nos terrenos de aluvião da baixada do Çarsamba.<sup>19</sup> Essa distinção é importante por várias razões, não só ecológicas, mas também históricas e mesmo políticas, porque o quadro que traçamos de suas realidades práticas trazem implicações diretas para nosso entendimento das consequências sociais da agricultura neolítica.

Para entender claramente as razões, é preciso partir de uma perspectiva ainda mais abrangente.

## DESMONTANDO O CRESCENTE FÉRTIL

Nas primeiras investigações de Çatalhöyük, nos anos 1960, a impressionante descoberta das casas decoradas com crânios bovinos levou muitos a supor, de maneira bastante plausível, que a planície do Konya era um berço inicial da domesticação animal. Hoje em dia, sabe-se que os touros (e javalis)



foram domesticados pela primeira vez mil anos antes da fundação de Çatalhöyük, e num local bem diferente: nas margens superiores dos vales do Tigre e do Eufrates, que ficam muito mais a leste na Ásia, dentro da área conhecida como Crescente Fértil. Foi daquela direção geral que os fundadores de Çatalhöyük obtiveram as bases de sua economia agrícola, incluindo cereais, leguminosas, carneiros e cabras, todos domesticados. Mas não adotaram bovinos nem suínos domésticos. Por quê?

Como não havia nenhum obstáculo ambiental, é de supor a existência aqui de um elemento de recusa cultural. Como explicação, o melhor candidato é também o mais óbvio. Como a arte e os rituais de Çatalhöyük sugerem, os javalis e bois selvagens eram valorizadíssimos como presas, provavelmente desde tempos imemoriais. Em termos de prestígio, havia muito a perder, talvez sobretudo para os homens, com a perspectiva de cercar esses animais perigosos com variedades domésticas, mais mansas. Permitir que o gado bovino se mantivesse apenas em sua antiga forma selvagem — um animal grande, mas também esguio, rápido e muito imponente — significava também manter intacta uma certa espécie de sociedade humana. Assim, os bovinos continuaram selvagens e fascinantes até cerca de 6000 a.C.<sup>20</sup>

Então, o que é, ou era, exatamente o Crescente Fértil? Primeiro, é preciso mencionar que se trata de um conceito moderno, cujas origens são não só ambientais, mas também geopolíticas. A designação Crescente Fértil foi inventada no século XIX, quando as potências imperiais da Europa estavam retalhando o Oriente Médio de acordo com seus interesses estratégicos. Em parte devido à íntima ligação entre a arqueologia, a história antiga e as instituições modernas dos impérios, essa designação passou a ser amplamente adotada entre os pesquisadores para descrever uma área desde as costas orientais do Mediterrâneo (Palestina, Israel e Líbano atuais) até o pé da cordilheira de Zagros (correspondendo mais ou menos à fronteira entre o Irã e o Iraque), depois de atravessar partes da Síria, da Turquia e do Iraque. Hoje em dia, são apenas os pré-historiadores que continuam a usar essa designação para indicar a região onde se iniciou a agricultura: um cinturão de terras aráveis, com o formato aproximado de um quarto crescente, cercado por montanhas e desertos.<sup>21</sup>

No entanto, em termos ecológicos, não é de fato um crescente, mas sim dois — ou ainda mais, dependendo da perspectiva adotada. No final do úl-

timo período glacial, por volta de 10 000 a.C., essa região se desenvolveu em duas direções claramente distintas. Seguindo a topografia, podemos discernir um “crescente de terras altas” e um “crescente de terras baixas”. O crescente alto segue as encostas das cordilheiras de Zagros e Taurus, seguindo ao norte da fronteira moderna entre a Síria e a Turquia. Para os forrageadores no fim da última Era Glacial, teria sido uma espécie de fronteira aberta, um cinturão expandido de bosques de pistache e pradarias ricas em animais de caça, cortado por vales fluviais.<sup>22</sup> O crescente baixo ao sul se caracterizava por matas de *Pistacia*, além de áreas de solo fértil intimamente ligadas aos sistemas fluviais ou às margens de lagos e nascentes artesianas, e mais adiante estendiam-se desertos e platôs estéreis.<sup>23</sup>

Entre 10 000 a.C. e 8000 a.C., as sociedades forrageadoras nos setores das “terras altas” e das “terras baixas” do Crescente Fértil passaram por grandes transformações, mas em direções bem distintas. Dificilmente se explicam essas diferenças tomando como base os modos de subsistência ou de habitação. Na verdade, encontramos nas duas regiões um complexo mosaico de assentamentos humanos: aldeias, povoados, acampamentos sazonais e centros de atividades rituais e cerimoniais marcados por edificações públicas impressionantes. As duas regiões também mostram graus variados de evidências de cultivo vegetal e criação animal, dentro de um espectro mais amplo de atividades de caça e coleta. Mas há também diferenças culturais, algumas tão acentuadas que sugerem um processo de cismogênese, como o que descrevemos no capítulo anterior. Pode-se até argumentar que, após a última Era Glacial, a fronteira ecológica entre o Crescente Fértil “alto” e o Crescente Fértil “baixo” se tornou também uma área de delimitação cultural, com zonas de relativa uniformidade em cada lado, diferenciando-se entre si de maneira quase tão marcante quanto os “forrageadores protestantes” e os “reis pescadores” da Costa do Pacífico.

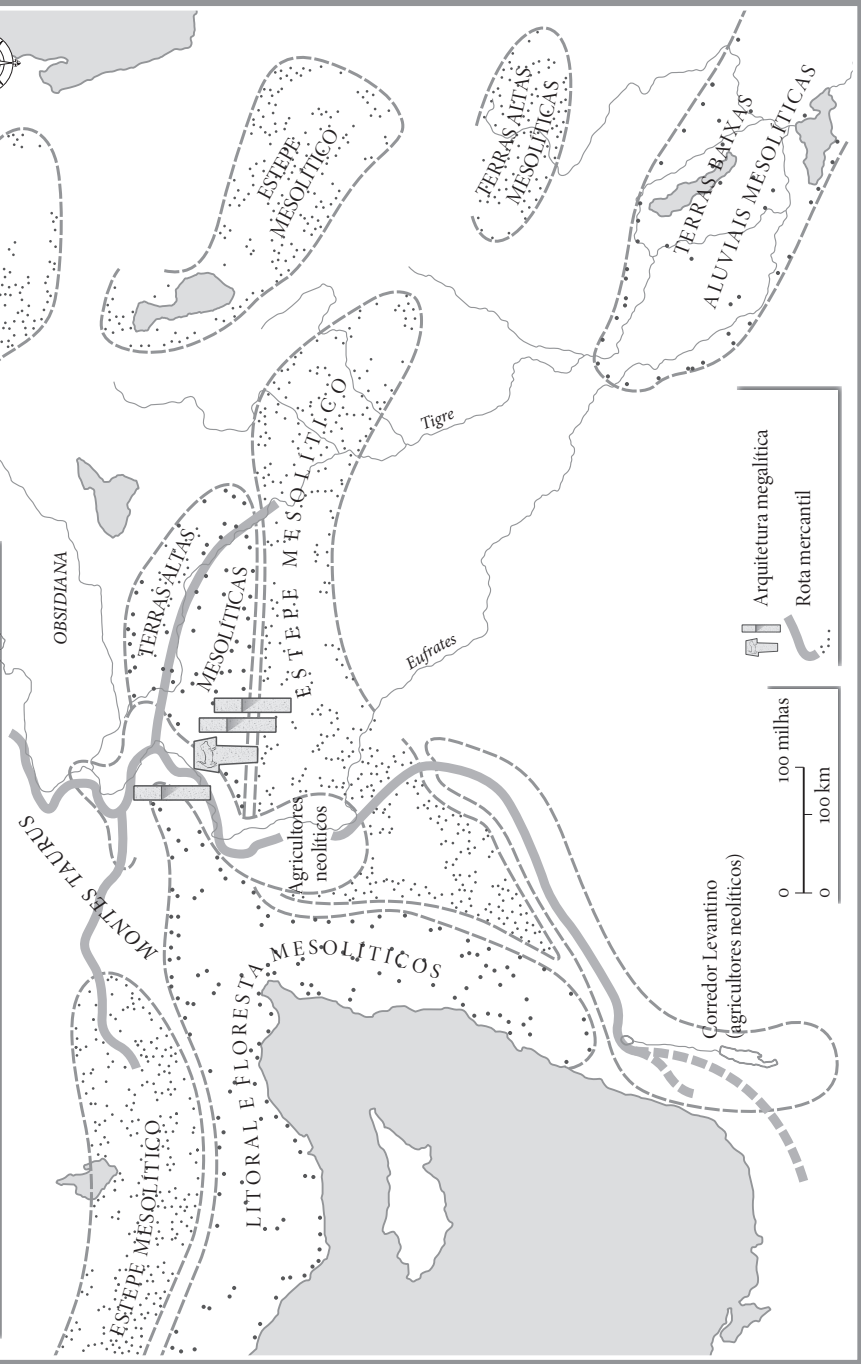
Nas terras altas, houve uma forte guinada hierarquizante entre os caçadores-forrageadores assentados, atestada de modo extremamente expressivo no centro megalítico de Göbekli Tepe e em sítios próximos, como o sítio descoberto em tempos recentes em Karahan Tepe. Nas terras baixas dos vales do Eufrates e do Jordão, por outro lado, não existem monumentos megalíticos, e as sociedades neolíticas passaram por uma mudança de rumo distinta, mas igualmente precoce, que descrevemos em termos breves. Além disso, essas

duas famílias de sociedades adjacentes — digamos “de montanha” e “de baixada” — se conheciam bem. Sabemos disso porque trocavam materiais duráveis entre si a partir de longas distâncias, inclusive os mesmos materiais que encontramos circulando como objetos de valor na Costa Oeste da América do Norte: obsidiana e minerais das montanhas, conchas de molusco das praias. A obsidiana das terras altas turcas ia para o sul, e as conchas (talvez usadas como moedas) iam das costas do mar Vermelho para o norte, assegurando o contato entre os habitantes de montanha e os de baixada.<sup>24</sup>

As rotas desse circuito comercial pré-histórico se reduziam conforme avançavam ao sul para áreas de povoamento mais irregular, a começar pela curva síria do Eufrates, percorrendo sinuosamente a bacia de Damasco e chegando ao vale do Jordão. Essa rota formava o chamado “Corredor Levantino”. E os habitantes de baixada que lá viviam eram dedicados artífices especializados e comerciantes. Cada povoado parece ter desenvolvido uma especialidade própria (moagem de pedras, entalhe de contas, processamento de conchas e assim por diante), e os ramos de atividade vinham muitas vezes associados a “edificações de culto” especiais ou a cabanas sazonais, indicando que essas atividades eram controladas por guildas ou sociedades secretas. No nono milênio a.C., já existiam assentamentos maiores ao longo das principais rotas comerciais. Os forrageadores de baixada ocupavam bolsões de terra fértil entre as zonas de escoamento do vale do Jordão, utilizando a riqueza obtida com o comércio para sustentar populações sedentárias cada vez mais numerosas. Surgiram nessas locações tão propícias sítios de escala impressionante, alguns deles, como Jericó e Basta, com quase dez hectares de extensão.<sup>25</sup>

Entender a importância do comércio nesse processo é perceber que o crescente da baixada era uma paisagem de íntimas combinações e contrastes (muito semelhante, nesse aspecto, à Califórnia). Os forrageadores tinham oportunidades constantes de trocar produtos complementares — incluindo alimentos, remédios, drogas e cosméticos —, já que os ciclos de crescimento local dos recursos silvestres eram escalonados devido às grandes diferenças climáticas e topográficas.<sup>26</sup> A própria agricultura parece ter começado exatamente dessa maneira, como um dos inúmeros “nichos de atividade” ou de especialização local. Os cereais fundadores da agricultura inicial — entre eles o trigo emmer, o trigo einkorn, a cevada e o centeio — não foram domesticados numa única área “central” (como se supunha outrora), mas em diferentes

O Crescente Fértil no Oriente Médio — Agricultores neolíticos num mundo de caçadores-coletores mesolíticos, 8500-8000 a.C.



Arquitetura megalítica  
Rota mercantil

0 100 milhas  
0 100 km

Corredor Levantino  
(agricultores neolíticos)

paragens ao longo do Corredor Levantino, espalhando-se a partir do vale do Jordão ao Eufrates sírio e talvez também mais ao norte.<sup>27</sup>

Em altitudes maiores, no crescente das terras altas, encontramos algumas das primeiras evidências de criação de rebanhos (ovinos e caprinos no Irã ocidental, e também bovinos na Anatólia oriental), incorporada entre os ciclos sazonais de caça e coleta.<sup>28</sup> O cultivo de cereais começou de maneira parecida, como um suplemento bastante secundário de economias baseadas sobretudo em recursos silvestres: nozes, frutas silvestres, legumes e outros alimentos de pronto acesso. O cultivo, porém, quase nunca se resume a uma questão calórica. A produção de cereais também oferecia novas formas de congregar as pessoas, realizando tarefas comunais, na maioria repetitivas, de trabalho intensivo e, sem dúvida, carregadas de significado simbólico; os alimentos resultantes eram incorporados na vida cerimonial da população. No sítio de Jerf el-Ahmar, nas margens do Eufrates sírio — onde convergem os dois setores do Crescente Fértil, o de montanha e o de baixada —, a estocagem e o processamento de cereais estavam associados não tanto às moradias comuns, e sim a cabanas subterrâneas, onde se entrava por uma abertura no teto, repletas de associações rituais.<sup>29</sup>

Antes de explorarmos mais alguns contrastes entre os habitantes de montanha e os de baixada, parece importante avaliar um pouco mais detalhadamente essas primeiríssimas formas de cultivo. Para isso, precisamos nos aprofundar no processo de domesticação.

## O TRIGO TARDIO E AS TEORIAS POP DISCORRENDO SOBRE COMO VIRAMOS AGRICULTORES

Na lavoura, a domesticação é o que acontece quando as plantas cultivadas perdem as características que lhes permitem se reproduzir em estado silvestre. Uma das mais importantes é a facilidade de espalhar sementes sem assistência humana. No trigo, as sementes que dão na espiga estão envoltas em minúsculas cápsulas aerodinâmicas, chamadas espículas. Quando o trigo silvestre amadurece, rompe-se a ligação entre a espícula e o pedúnculo (elemento chamado de ráquis). As espículas se libertam e caem no solo. Sua extremidade pontiaguda penetra no solo a uma profundidade suficiente para que

ao menos algumas sementes sobrevivam e germinem (a outra extremidade se projeta para cima, dispondo de aristas eriçadas que afastam aves, roedores e pastejadores).

Nas variedades domesticadas, esses recursos de sobrevivência são perdidos. Ocorre uma mutação genética, desligando o mecanismo de dispersão espontânea das sementes e convertendo o trigo, antes um esforçado sobrevivente, num irremediável dependente. Incapaz de se separar da planta-mãe, a ráquis se converte num ponto de apegamento. Em vez de se espalhar por este vasto mundo cruel, as espículas ficam rigidamente presas na parte superior do pedúnculo (a “espiga”). E por lá ficam até que alguém venha colhê-las ou até apodrecerem ou serem comidas por animais. Então, como se deram essas mudanças genéticas e comportamentais nas espécies cultivadas, quanto tempo levou, e o que precisou acontecer nas sociedades humanas para torná-las possíveis? Os historiadores às vezes gostam de inverter a questão. Foi o trigo, lembram-nos eles, que domesticou as pessoas, tanto quanto as pessoas algum dia domesticaram o trigo.

Yuval Harari se faz eloquente a esse respeito, pedindo-nos para pensar “por um momento sobre a Revolução Agrícola a partir da perspectiva do trigo”. Dez mil anos atrás, assinala ele, o trigo era apenas mais uma forma de capim silvestre, sem nenhuma importância especial; em poucos milênios, porém, cobria extensas áreas do planeta. Como isso aconteceu? A resposta, segundo Harari, é que o trigo fez isso manipulando em proveito próprio o *Homo sapiens*. “Aquele primata”, escreve ele, “vinha levando uma vida razoavelmente confortável como coletor e caçador até cerca de 10 mil anos atrás, até que começou a investir cada vez mais esforços no cultivo do trigo.” Se o trigo não gostava de pedras, lá iam os seres humanos removê-las dos campos; se o trigo não queria dividir espaço com outras plantas, lá iam eles se esfalfar sob o sol abrasador para arrancá-las; se o trigo queria água, lá iam eles trazê-la de outro lugar, e assim por diante.<sup>30</sup>

Há algo de inelutável em tudo isso. Mas só se aceitarmos a premissa de que faz algum sentido observar todo o processo “a partir da perspectiva do trigo”. Pensando bem, por que faríamos isso? Os seres humanos são primatas inteligentes, com um cérebro bem grande, e o trigo é, ora... uma espécie de capim. Existem, claro, espécies não humanas que, em certo sentido, domesticaram a si mesmas — como o camundongo e o pardal, e também provavel-

mente o cachorro, todos eles, diga-se de passagem, presentes em aldeias do Oriente Médio no Neolítico Inicial. Também é inquestionável que, no longo prazo, nossa espécie se tornou escrava de sua lavoura de cereais: o trigo, o arroz, o painço e o milho alimentam o mundo e é difícil conceber a vida moderna sem eles.

Mas, para entender os primórdios da agricultura neolítica, certamente precisamos observá-la a partir da perspectiva do Paleolítico, e não do presente e muito menos do ponto de vista de uma raça imaginária de homens-macacos burgueses. Claro que isso é mais difícil, porém a alternativa é cair no campo da invenção mítica: recontar o passado como uma história ao estilo de “era uma vez”, o que faz com que nossa situação atual pareça, de alguma maneira, inevitável ou predeterminada. Essa versão de Harari é atraente, ao nosso ver, não por se basear em algum tipo de evidência, mas porque já a ouvimos mil vezes, apenas com outro elenco de personagens. Na verdade, muitos de nós a ouvimos desde a infância. Mais uma vez, estamos de volta ao Jardim do Éden. Só que agora não é uma serpente ardilosa que leva a humanidade a provar do fruto proibido do conhecimento. É o próprio fruto (no caso, os grãos de cereal).

Já sabemos aonde isso vai dar. Os seres humanos viviam antigamente “uma vida razoavelmente confortável”, subsistindo com as dádivas da Natureza, mas aí cometemos nosso erro mais fatal. Atraídos pela perspectiva de uma vida ainda mais fácil — de abundância e luxo, vivendo como deuses —, tivemos de nos meter a alterar o harmonioso Estado de Natureza e assim, sem perceber, convertemo-nos em escravos.

E se deixarmos de lado essa fábula e examinarmos o que botânicos, geneticistas e arqueólogos têm descoberto nas últimas décadas? Concentremo-nos no trigo e na cevada.

Após a última Era Glacial, esses cereais foram dos primeiros a serem domesticados, junto com a lentilha, o linho, a ervilha, o grão-de-bico e o órobo ou ervilha-de-pombo. Como notamos, esse processo se deu não num único centro, mas em várias partes diferentes do Crescente Fértil. Lá crescem hoje as variedades silvestres de algumas dessas culturas, proporcionando aos pesquisadores a chance de observar diretamente o comportamento dessas plantas e até de reconstituir certos aspectos do processo técnico que, 10 mil anos

atrás, levou à domesticação. Dispondo desse conhecimento, eles também podem examinar remanescentes de sementes antigas e de outras plantas, recuperados às centenas em sítios arqueológicos da mesma região. Assim os cientistas podem comparar o processo biológico de domesticação (reproduzido em condições tecnológicas semelhantes às do cultivo neolítico) e o processo efetivo que ocorreu nos tempos pré-históricos, observando as similaridades.

Depois que o cultivo se generalizou nas sociedades neolíticas, seria de esperar que encontraríamos provas de uma transição um tanto acelerada, ou pelo menos contínua das formas silvestres, para as formas domésticas dos cereais (que é exatamente o que somos levados a pensar com termos como “Revolução Agrícola”), mas, na verdade, não é isso o que nos mostram os resultados da ciência arqueológica. E, apesar da ambientação no Oriente Médio, essas descobertas não compõem nada que se pareça sequer remotamente com uma história de tipo edênico sobre o desventurado vacilo dos seres humanos ao resolverem firmar um pacto faustiano com o trigo. A distância a que estamos (ou deveríamos estar) desse tipo de história já era clara algumas décadas atrás para os pesquisadores, quando começaram a comparar os índices pré-históricos efetivos de domesticação de culturas com os índices obtidos em condições experimentais.

Essas experiências com o trigo silvestre começaram a ser realizadas nos anos 1980.<sup>31</sup> O que mostraram foi que a principal mutação genética que levava à domesticação podia se dar num curto prazo de vinte a trinta anos, ou no máximo duzentos anos, utilizando técnicas simples de colheita com foices de sílex ou arrancando à mão a planta pela raiz. A seguir, bastava que os seres humanos seguissem as deixas dadas pelas próprias plantas. Isso significava colhê-las quando começassem a amadurecer, de tal maneira que o grão continuasse no pedúnculo (por exemplo, cortando ou arrancando, em vez de batendo na espiga com uma pá para soltar o grão), semear novas sementes em terra virgem (livre de concorrentes silvestres), aprender com os erros e repetir no ano seguinte a fórmula que deu certo. Para forrageadores habituados a colher plantas silvestres, essas mudanças não constituiriam grandes desafios conceituais ou logísticos. E talvez existissem também outras razões para colher cereais silvestres dessa maneira, além da finalidade alimentar.

Com colheita realizada a foice, obtém-se não só o grão, mas também a palha. Hoje consideramos a palha como um subproduto do plantio de cereais,



sendo o objetivo básico a produção de alimento. Mas há indicações arqueológicas de que as coisas começaram ao contrário.<sup>32</sup> As populações humanas no Oriente Médio começaram a se estabelecer em aldeias permanentes muito antes que os cereais se tornassem um componente central de sua alimentação.<sup>33</sup> Com esse assentamento, descobriram novos usos para os talos dos capins silvestres, entre eles o de material combustível para acender o fogo e a têmpera que transformava o barro e a argila, matérias friáveis, num recurso tectônico essencial, usado para construir casas, fornos, recipientes de estocagem e outras estruturas fixas. A palha também podia ser usada para fazer cestos, roupas, esteiras e cobertura para as casas. Ao intensificar a colheita de capins silvestres (com foice ou simples desenraizamento) para usar a palha, as pessoas também geravam uma das condições fundamentais para que algumas dessas gramíneas perdessem seus mecanismos naturais de dispersão das sementes.

E aqui está o ponto central: se fossem os cereais, mais do que os seres humanos, que estivessem marcando o compasso, esses dois processos teriam caminhado lado a lado, levando à domesticação de gramíneas de sementes graúdas no prazo de poucas décadas. O trigo ganharia suas criadas humanas, e os humanos ganhariam um recurso vegetal que podia ser colhido de modo eficiente, com pouca perda de sementes, e que era extremamente propício ao armazenamento, mas que também exigia um dispêndio muito maior de trabalho, com o manejo da terra e, após a colheita, com a debulha e a joeira (processo que ocorre naturalmente com os cereais silvestres). No prazo de poucas gerações humanas, estaria selado o pacto faustiano entre pessoas e lavouras. Aqui, no entanto, mais uma vez, as evidências contrariam frontalmente essas expectativas.

Na verdade, as pesquisas mais recentes mostram que o processo de domesticação de plantas no Crescente Fértil só veio a se completar muito mais tarde: cerca de 3 mil anos depois do início do cultivo de cereais silvestres.<sup>34</sup> (Mais uma vez, para ter uma ideia da escala temporal, vale lembrar que seria o tempo decorrido entre a suposta Guerra de Troia e os dias de hoje.) E, embora alguns historiadores modernos possam se permitir o luxo de dispensar “alguns curtos milênios” aqui ou ali, dificilmente podemos adotar essa atitude em relação aos atores pré-históricos que estamos tentando entender. A esta altura, é possível questionar o que entendemos por “cultivo” e, se não levou a claras mudanças no comportamento reprodutivo das plantas silvestres, como poderemos saber quando teve início? As respostas estão nas ervas (e nos mé-

todos de pesquisa concebidos numa inventiva subdivisão da arqueologia conhecida como “arqueobotânica”).

POR QUE A AGRICULTURA NEOLÍTICA LEVOU TANTO TEMPO PARA SE DESENVOLVER E, AO CONTRÁRIO DO QUE ROUSSEAU IMAGINAVA, NÃO INCLUÍA O CERCAMENTO DE TERRENOS FIXOS

Desde o começo dos anos 2000, os arqueobotânicos vêm estudando um fenômeno conhecido como “cultivo pré-domesticação”. O cultivo em geral se refere ao trabalho realizado por seres humanos para melhorar as chances de vida de certas plantas, sejam silvestres ou domésticas. Normalmente o cultivo inclui, no mínimo, limpar e lavrar o solo. O preparo do solo ocasiona mudanças no tamanho e no formato dos grãos de cereais silvestres, embora não levem necessariamente à domesticação (os grãos apenas ficam maiores). Também atrai outros espécimes vegetais que crescem em solos revolvidos, entre eles ervas aráveis como trevos, fenachos, litospermos e mesmo membros da colorida família de ranunculáceas (gênero *Adonis!*), que florescem com rapidez e morrem na mesma velocidade.

Desde os anos 1980, os pesquisadores vêm acumulando dados estatísticos de sítios históricos no Oriente Médio, analisando-os para acompanhar as mudanças no tamanho e proporções do grão na flora de ervas aráveis. As amostras agora somam muitas dezenas de milhares, e revelam que, em certas partes da região, como o norte da Síria, o cultivo de cereais silvestres remonta pelo menos a 10 000 a.C.<sup>35</sup> Todavia, nessas mesmas regiões, o processo biológico de domesticação das plantas cultivadas (incluindo a fundamental mudança da ráquis, que passa de quebradiça a firme) só se completou perto do ano 7000 a.C., cerca de dez vezes mais tempo do que seria necessário — isso se os seres humanos tiverem mesmo entrado às cegas em todo o processo, seguindo a trajetória ditada pelas mudanças nas plantas que cultivavam.<sup>36</sup> Em termos mais claros: são 3 mil anos de história humana, tempo demais para constituir uma “Revolução Agrícola” ou mesmo para ser considerado um estado de transição no caminho para a agricultura.

Para nós, com nossos preconceitos platônicos, tudo isso parece um retardamento muito longo e desnecessário, mas certamente não era o que sen-

tiam as pessoas na época neolítica. Precisamos entender esse período de 3 mil anos como uma fase da história humana com importância própria. Trata-se de uma fase marcada pelas idas e vindas dos forrageadores, adotando e abandonando práticas de cultivo — e, como vimos, não há nada de incomum nem anômalo em flertarem e experimentarem com as possibilidades agrícolas da maneira que Platão desprezaria —, mas sem se escravizarem de forma nenhuma às necessidades de suas lavouras ou de seus rebanhos. Desde que não fosse oneroso demais, o cultivo era apenas uma das várias maneiras com que as primeiras comunidades estabelecidas lidavam com o ambiente. A separação entre populações vegetais silvestres e domésticas pode não ter sido uma grande preocupação para eles, mesmo que assim pareça para nós.<sup>37</sup>

Pensando bem, essa abordagem é plenamente plausível. O cultivo de cereais domésticos, como bem sabiam os forrageadores “afluentes” da Costa do Pacífico, é um trabalho extremamente árduo.<sup>38</sup> Uma agricultura levada a sério implicava a constante manutenção do solo e a eliminação incessante das ervas invasoras. Significava debulhar e joeirar após a colheita. Todas essas atividades atrapalhavam a caça, a coleta de alimentos silvestres, a artesanaria, os casamentos e inúmeras outras coisas, sem mencionar a contação de histórias, os jogos, as viagens e as organizações de mascaradas. Na verdade, para criar um equilíbrio entre as necessidades alimentares e o dispêndio de trabalho, os primeiros cultivadores podem até ter escolhido estrategicamente práticas que se contrapunham às mudanças morfológicas que marcam o início da domesticação nas plantas.<sup>39</sup>

Essa tentativa de equilíbrio envolvia um tipo especial de cultivo, o que nos reconduz, fechando o círculo, de volta a Çatalhöyük e sua localização em terras úmidas. Essa técnica, que se chama “cultivo de vazante”, ou *décrue*, é utilizada nas margens de lagos ou rios sujeitos a cheias sazonais. O cultivo de vazante é um sistema pouco laborioso de plantio. O trabalho de preparação do solo fica entregue basicamente à natureza. A enchente sazonal se encarrega de amansar a terra, joeirando e renovando o solo a cada ano. Ao recuar, as águas deixam atrás de si um leito fértil de terra de aluvião, onde se pode fazer uma semeadura a lanço. Era um cultivo em pequena escala, sem necessidade de desflorestamento, de eliminação de ervas invasoras ou de irrigação, talvez exigindo apenas a construção de pequenas barreiras de pedra ou de terra (“pôlderes”) para orientar a distribuição de água em tal ou tal direção. Áreas

com lençóis d'água próximos à superfície, como as beiradas das fontes artesianas, também podiam ser exploradas com essa técnica.<sup>40</sup>

Em termos de trabalho, o cultivo de vazante não só é bastante leve, como também não requer grandes tratamentos da área. E o fundamental: esses sistemas têm uma espécie de resistência intrínseca à medição e ao cercamento da terra. Uma determinada área pode ser fértil num ano, e no outro ano pode se alagar ou ressecar, de modo que há pouco incentivo para a ocupação de longo prazo ou para o cercamento de terrenos. Não faz muito sentido erguer divisas de pedras quando o próprio terreno está sendo revolvido por baixo. Nenhuma forma de ecologia humana é “inatamente” igualitária, mas, por mais que Rousseau e epígonos pudessem se surpreender com isso, esses primeiros sistemas de cultivo não se prestavam ao desenvolvimento da propriedade privada. Pelo contrário, o cultivo de vazante na prática era orientado para o uso coletivo da terra ou, pelo menos, para sistemas flexíveis de realocação da lavoura.<sup>41</sup>

O cultivo de vazante foi uma característica de especial importância nas economias do Neolítico Inicial nos setores de baixada mais áridos do Crescente Fértil, em especial no Corredor Levantino, onde muitos sítios importantes se desenvolveram às margens de fontes ou lagos (Jericó, Tell Aswad) ou de rios (Abu Hureyra, Jerf el-Ahmar). Como os locais com plantios mais densos de cereais silvestres se encontravam em áreas mais altas, com maior índice pluviométrico, os habitantes dos locais mais baixos tinham ocasião de isolar as linhagens cultivadas das linhagens silvestres, dando origem a um processo de divergência e domesticação ao coletar grãos das terras altas e semeá-los a lançar nas áreas de baixada na época de vazante. Com isso, a longuíssima escala temporal da domesticação de cereais se mostra ainda mais impressionante. Os cultivadores iniciais, ao que parece, executavam o mínimo de trabalho necessário para a subsistência a fim de permanecer nas localidades onde estavam, que ocupavam por razões alheias à agricultura: a caça, a coleta, a pesca, o comércio etc.

## A MULHER COMO CIENTISTA

A rejeição de narrativas de tipo edênico para as origens da agricultura também significa a refutação, ou pelo menos o questionamento, dos pressu-

postos de gênero por trás dessas narrativas.<sup>42</sup> Além de ser uma história sobre a perda da inocência primordial, o Livro do Gênesis é também um dos alvarás mais duradouros da história para o ódio às mulheres, que só encontra rival (na tradição ocidental) nos preconceitos de autores gregos como Hesíodo ou Platão. Afinal, é Eva que se revela fraca demais para resistir às exortações da hábil serpente e a primeira a morder o fruto proibido, porque é quem deseja o conhecimento e a sabedoria. Seu castigo (e de todas as mulheres subsequentes) é dar à luz com muitas dores e viver sob o jugo do marido, cujo destino, por sua vez, é obter a subsistência com o suor da testa.

Quando escritores atuais fazem especulações sobre “o trigo domesticando os seres humanos” (em oposição a “os seres humanos domesticando o trigo”), o que de fato fazem é substituir uma pergunta sobre as realizações (humanas) científicas concretas por algo bem mais místico. Nessa concepção, não indagamos quem realmente estaria fazendo todo o trabalho intelectual e prático de lidar com plantas silvestres — explorar suas propriedades em diversos solos e regimes hídricos, experimentar técnicas de colheita, reunir observações a respeito dos efeitos de todas essas técnicas sobre o crescimento, a reprodução e a nutrição, debater as implicações sociais. Em vez disso, discorremos liricamente sobre as tentações dos frutos proibidos e devaneamos sobre as consequências imprevistas de adotar uma tecnologia (a agricultura) que Jared Diamond define — mais uma vez com ressonâncias bíblicas — como “o mais grave erro na história da raça humana”.<sup>43</sup>

Conscientemente ou não, são as contribuições das mulheres que ficam excluídas dessas versões. Em quase todos os lugares, colher plantas silvestres e transformá-las em alimentos, remédios e estruturas complexas como cestos ou vestimentas é uma atividade feminina e pode ser assim classificada mesmo quando exercida por homens. Não é um universal antropológico, mas é o mais próximo que se pode chegar disso.<sup>44</sup> Hipoteticamente, claro, é possível que nem sempre as coisas tenham sido assim. É até concebível que a situação atual seja na verdade resultante de alguma grande inversão global dos papéis de gênero e das estruturas linguísticas ocorrida nos últimos milênios — mas seria de se imaginar que uma transformação tão grande deixaria outros traços, que nunca ninguém sequer sugeriu o que poderiam ser. Sim, de fato é difícil encontrar qualquer tipo de evidência arqueológica porque, afora sementes carbonizadas, restam pouquíssimos traços do que se fazia com as

plantas em termos culturais nos tempos pré-históricos. Mas, onde existem, eles indicam, até onde é possível rastrear tais coisas, a existência de sólidas ligações entre as mulheres e o conhecimento baseado nas plantas.<sup>45</sup>

Por conhecimento baseado nas plantas, não nos referimos apenas a novas formas de trabalhar com a flora silvestre para produzir alimentos, especiarias, remédios, pigmentos ou venenos. Tratamos também do desenvolvimento de atividades e ofícios baseados em fibras e às formas de conhecimento mais abstrato sobre as propriedades do tempo, do espaço e das estruturas que tais atividades e ofícios tendem a gerar. É bem provável que a produção de tecidos, cestos, redes, esteiras e cordames tenha se desenvolvido sempre em paralelo com o cultivo de plantas comestíveis, o que também implica o desenvolvimento de conhecimentos matemáticos e geométricos que estão (literalmente) entrelaçados com a prática desses ofícios.<sup>46</sup> A ligação das mulheres com esses conhecimentos remonta a algumas das primeiras representações remanescentes da forma humana: as tão presentes estatuetas femininas da última Era Glacial, com os acessórios de cabeça entretecidos, as saias de fios e os cintos de corda.<sup>47</sup>

Existe uma curiosa tendência entre os estudiosos (homens) de passar por cima dos aspectos de gênero relacionados a esse tipo de conhecimento, ou de envolvê-lo em abstrações. Como exemplo, há os famosos comentários de Claude Lévi-Strauss sobre o “pensamento selvagem”, aqueles “cientistas neolíticos” que, segundo imaginava ele, teriam criado um caminho paralelo de descobertas rumo à ciência moderna, mas que partia não de leis e teoremas generalizantes, e sim de interações concretas com o mundo natural. O método experimental anterior procede “pelo ângulo das qualidades sensíveis” e, segundo Lévi-Strauss, floresceu no período do Neolítico, dando-nos as bases para a agricultura, a criação animal, a olaria, a tecelagem, a conservação e o preparo de alimentos etc., ao passo que o método posterior de descobertas, partindo da definição de teorias e propriedades formais, só veio a render frutos em época muito recente, com o advento dos procedimentos científicos modernos.<sup>48</sup>

Em lugar algum de *O pensamento selvagem* — livro que na aparência se dedica a entender essa outra espécie de conhecimento, a “ciência do concreto” neolítica — Lévi-Strauss sequer menciona a possibilidade de que as pessoas responsáveis por seu “florescimento” muitas vezes tivessem sido mulheres.

Se tomamos esses tipos de considerações (em vez de algum Estado de Natureza imaginário) como nosso ponto de partida, surgem então perguntas bem diferentes sobre a invenção da agricultura neolítica. Inclusive, torna-se necessária toda uma nova linguagem para descrevê-la, pois uma parte do problema com as abordagens convencionais reside nos próprios termos “agricultura” e “domesticação”. A agricultura se refere essencialmente à produção de alimentos, o que era apenas um aspecto (bastante limitado) da relação neolítica entre pessoas e plantas. A domesticação costuma implicar alguma forma de dominação ou controle sobre as forças desregradas da “natureza selvagem”. As críticas feministas já têm feito muito para desnudar os pressupostos de gênero por trás desses conceitos, e nenhum dos dois parece apropriado para descrever a ecologia dos primeiros cultivadores.<sup>49</sup>

E se deslocarmos a ênfase da agricultura e da domesticação para, digamos, a botânica ou mesmo a horticultura? Prontamente nos vemos mais próximos das realidades da ecologia neolítica, que parece pouco determinada a domar a natureza selvagem ou a extrair o máximo possível de calorias de um punhado de gramíneas. Na verdade, se mostra mais interessada em criar canteiros — habitats artificiais, muitas vezes temporários — em que a balança ecológica pendia para o lado das espécies preferidas. Entre elas estavam plantas que os botânicos modernos separam em classes concorrentes de “ervas daninhas”, “drogas”, “ervas medicinais” e “culturas alimentares”, mas que os neolíticos (formados pela experiência direta, e não a partir de livros teóricos) preferiam cultivar lado a lado.

Em vez de terrenos fixos, exploravam solos de aluvião nas margens de lagos e fontes, que mudavam de lugar a cada ano. Em vez de abater árvores, amanho a terra e transportar água, encontraram maneiras de “persuadir” a natureza a fazer por eles grande parte desse trabalho. Sua ciência não se dava por dominação e classificação, mas sim curvando-se e adulando, cuidando e dedicando atenção ou mesmo enganando as forças da natureza para aumentar a probabilidade de um resultado favorável.<sup>50</sup> Seu “laboratório” era o mundo real das plantas e dos animais, cujas tendências inatas exploravam por meio de uma ciosa observação e experimentação. Esse modo de cultivo neolítico, ademais, dava excelentes resultados.

Nas áreas de baixada do Crescente Fértil, como os vales do Jordão e do Eufrates, esse tipo de sistema ecológico promoveu o crescimento gradual dos assentamentos e das populações durante três milênios. Supor que tudo isso foi só uma espécie de transição de duração absurdamente extensa ou um ensaio para o advento da agricultura “séria” é perder de vista a verdadeira questão. É também ignorar algo que parece óbvio há muito tempo para muita gente: uma evidente ligação entre a ecologia neolítica e a visibilidade das mulheres na arte e nos rituais da época. Chamar essas figuras de “deusas” ou de “cientistas” é talvez menos importante do que reconhecer que seu próprio aparecimento assinala uma nova consciência do status das mulheres, que sem dúvida se baseava em seus empreendimentos concretos para unir essas novas formas de sociedade.

Parte da dificuldade de estudar a inovação científica na pré-história reside na necessidade de imaginar um mundo sem laboratórios — ou melhor, um mundo onde os laboratórios estão potencialmente em todo e qualquer lugar. Aqui Lévi-Strauss acerta muito mais:

[...] existem dois modos distintos de pensamento científico, certamente não em função de estágios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas de dois níveis estratégicos em que a natureza se permite ser alcançada pelo conhecimento científico: um ajustado aproximativamente ao da percepção e da imaginação, e o outro defasado; como se as relações necessárias, que são o objeto de toda ciência — seja ela neolítica ou moderna —, pudessem ser alcançadas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível, o outro mais afastado.<sup>51</sup>

Lévi-Strauss, como mencionamos, designou o primeiro caminho das descobertas como uma “ciência do concreto”. E é importante lembrar que grande parte das maiores descobertas científicas da humanidade — a invenção do cultivo, a olaria, a tecelagem, a metalurgia, os sistemas de navegação marítima, a arquitetura monumental, a classificação e a domesticação de fato de plantas e animais etc. — se deu precisamente sob aqueles outros tipos (neolíticos) de condições. Assim, a julgar por seus resultados, essa abordagem concreta era inegavelmente científica. Mas, nos registros arqueológicos, como retratar a “ciência do concreto”? Como pretender vê-la em ação, quando milê-



nios se interpõem entre nós e os processos de inovação que estamos tentando entender? A resposta aqui reside precisamente em sua “concretude”. A invenção numa determinada área encontra ecos e analogias por toda uma série de outras áreas, que, a não ser por isso, podem parecer não guardar nenhuma relação entre si.

Isso é claramente visível no cultivo de cereais do Neolítico Inicial. Lembremos que o cultivo de vazante exigia que as pessoas criassem assentamentos duradouros em ambientes lamacentos, como pântanos e margens lacustres. Isso significava ganhar intimidade com as propriedades do solo e do barro, observar sua fertilidade em diferentes condições, mas também fazer experiências com eles como materiais tectônicos ou mesmo como veículos de pensamento abstrato. Além de sustentar novas formas de cultivo, o solo e o barro — misturados com trigo e palha — se tornaram materiais básicos de construção, essenciais para construir as primeiras casas permanentes, usados para fazer fornos, móveis e isolantes — na verdade, quase tudo, exceto a olaria, invenção posterior nessa parte do mundo.

Mas o barro também era usado, nas mesmas épocas e nos mesmos lugares, para moldar (literalmente) relações de tipos bem diferentes entre homens e mulheres, entre pessoas e animais. As pessoas começaram empregando suas habilidades plásticas para resolver problemas mentais, fazendo pequenas peças geométricas que muitos veem como precursoras diretas de sistemas posteriores de notação matemática. Os arqueólogos encontram esses minúsculos instrumentos numéricos diretamente associados a estatuetas de animais de rebanho e mulheres de corpo inteiro — os tipos de miniaturas que levam a tanta especulação moderna sobre a espiritualidade neolítica e encontram ressonâncias posteriores em mitos sobre as propriedades demiúrgicas do barro, capaz de ganhar vida.<sup>52</sup> Como logo veremos, a terra e o barro vieram até a redefinir as relações entre os vivos e os mortos.

Vistas dessa forma, as “origens do cultivo” começam a parecer não tanto uma transição econômica, mas sim uma revolução dos meios de comunicação, que era também uma revolução social, abrangendo tudo, da horticultura à agricultura, da matemática à termodinâmica, da religião à remodelação dos papéis de gênero. E, embora não possamos saber com certeza quem estava fazendo o quê nesse admirável mundo novo, fica mais do que claro que o trabalho e o conhecimento das mulheres tiveram papel central em sua criação,

e que todo o processo seguia num vagar tranquilo e até lúdico, sem ser forçado por qualquer catástrofe ambiental ou inflexão demográfica, nem marcado por grandes conflitos violentos. E mais: todo esse processo era executado de formas que tornavam extremamente improvável que dele resultasse uma desigualdade radical.

Tudo isso se aplica com a máxima clareza ao desenvolvimento das sociedades do Neolítico Inicial na parte de baixada do Crescente Fértil, em particular ao longo dos vales dos rios Jordão e Eufrates. Mas essas comunidades não se desenvolviam em isolamento. Durante quase todo o período que estamos abordando, o Crescente de montanha — seguindo os sopés das cordilheiras de Zagros e Taurus e a estepe adjacente — também abrigava populações assentadas, hábeis em lidar com uma variedade de recursos vegetais e animais silvestres. Muitas vezes também moravam em aldeias, adotando estratégias de cultivo e pastoreio conforme julgassem adequado, ao mesmo tempo continuando a extrair de espécies não domesticadas a maior parte de sua alimentação. Mas, em outros aspectos, apresentam diferenças muito acentuadas em relação a seus vizinhos da baixada, sendo a construção de uma arquitetura megalítica, inclusive as famosas estruturas de Göbekli Tepe, apenas a mais evidente delas. Alguns desses grupos viviam próximos das sociedades neolíticas de baixada, em especial nas margens superiores do Eufrates, mas sua arte e seus rituais sugerem uma concepção de mundo bem diferente, com uma distinção tão demarcada em relação a essas últimas quanto os forrageadores da Costa Noroeste se distinguiam de seus vizinhos californianos.

#### CULTIVAR OU NÃO CULTIVAR: ISSO É COISA DA SUA CABEÇA (O RETORNO A GÖBEKLI TEPE)

É precisamente na divisa entre o setor de montanha e o setor de baixada do Crescente Fértil que fica Göbekli Tepe. Na verdade, é apenas um dentre uma série de centros megalíticos que surgiram em torno do vale de Urfa, perto da atual fronteira entre a Síria e a Turquia, no nono milênio a.C.<sup>53</sup> A maioria ainda não foi escavada. É possível ver apenas o topo de seus grandes pilares

projetando-se do solo profundo do vale. Embora ainda faltem evidências diretas, esse estilo de arquitetura em pedra provavelmente marca o ápice de uma tradição construtiva que começou em madeira. E também pode haver protótipos de madeira por trás da tradição de arte escultural de Göbekli Tepe, que evoca um mundo de imagens assustadoras, bem distante das artes visuais das terras baixas, com suas modestas estatuetas de mulheres e animais domésticos e suas cabanas de barro.

Tanto em termos de meio como de mensagem, Göbekli Tepe não poderia estar mais distante do mundo das primeiras comunidades agrícolas. Seus objetos remanescentes são feitos de pedra, material pouco usado em construção nos vales do Eufrates e do Jordão. Esses pilares são entalhados com uma imagística em que predominam animais selvagens e peçonhentos, necrófagos e predadores, quase sempre machos. Sobre um pilar de calcário um leão em alto relevo se ergue sobre as patas traseiras, rilhando as presas, estendendo as garras, com o pênis e o saco escrotal à mostra. Em outro local, um malévolo javali está à espreita, também com os órgãos genitais aparentes. As imagens repetidas com maior frequência são de rapinantes agarrando cabeças humanas. Uma escultura notável, que parece um mastro totêmico, traz pares sobrepostos de vítimas e predadores: crânios separados e aves de rapina de olhos penetrantes. Em outros locais, animais e aves carnívoras aparecem agarrando, jogando ou mexendo de alguma outra forma com os crânios humanos que capturaram; sob uma dessas figuras, num pilar monumental, aparece a imagem de um homem sem cabeça e pênis ereto (presumivelmente, apresenta o tipo de ereção post-mortem, ou “priapismo” póstumo imediato, que ocorre em vítimas de enforcamento ou decapitação, decorrente do brusco trauma na medula espinhal).<sup>54</sup>

O que essas imagens estão nos dizendo? A captura de cabeças como troféus entre as populações de montanha da zona de floresta e estepe faria parte desse quadro? No assentamento de Nevalı Çori — também na província de Urfa e com monumentos semelhantes aos de Göbekli Tepe —, encontraram-se sepulturas com crânios decepados, inclusive o de uma jovem com um punhal de sílex ainda alojado sob o queixo, enquanto em Jerf el-Ahmar — no Eufrates superior, onde o crescente de baixada se aproxima das terras altas — houve a desconcertante descoberta de um esqueleto retalhado (também de uma jovem), ainda jazendo numa edificação incendiada, de bruços,

sem a cabeça.<sup>55</sup> Em Göbekli Tepe, a decapitação de seres humanos era reproduzida na estatuária: faziam-se esculturas antropomórficas, que tinham as cabeças esmagadas e arrancadas, então enterradas ao lado de pilares dentro dos santuários.<sup>56</sup> Por todas essas razões, os arqueólogos mantêm a devida cautela em associar essas práticas a conflitos ou predações; até o momento, são poucas as evidências de violência interpessoal, e muito menos de guerra, nessa época.<sup>57</sup>

Aqui também podemos avaliar os dados de Çayönü Tepesi, na planície de Ergani. Era o local de um grande assentamento pré-histórico, com muitas casas construídas sobre alicerces de pedra, além de edifícios públicos. Ficava num tributário do Tigre na colina de Diyarbakır, não muito ao norte de Göbekli Tepe, estabelecido mais ou menos na mesma época por uma comunidade de caçadores-coletores e durante algum tempo pastores.<sup>58</sup> Perto do centro do assentamento havia uma duradoura estrutura, que os arqueólogos chamam de “Casa das Caveiras”, pela simples razão de que, como se descobriu, continha os restos de mais de 450 pessoas, incluindo cadáveres decapitados e mais de noventa crânios, todos apinhados em pequenos compartimentos. Alguns crânios estavam ligados a vértebras cervicais, indicando que tinham sido decepados de corpos com carne (mas não necessariamente vivos). A maioria das cabeças era de adolescentes ou adultos jovens, indivíduos na primavera da vida, e dez eram de crianças. Se alguns eram troféus, tomados de vítimas ou inimigos, então teriam sido escolhidos pela vitalidade. Os crânios ficavam em seu estado natural, sem nenhum vestígio de decorações.<sup>59</sup>

Os restos humanos na Casa das Caveiras ficavam armazenados junto com os de grandes animais de caça, e um crânio de touro selvagem era afixado numa parede externa. Em suas fases posteriores de uso, a edificação dispunha de uma mesa de pedra polida, erguida perto da entrada numa praça aberta, capaz de abrigar grandes reuniões. Os estudos dos resíduos de sangue da sua superfície e de outros objetos associados levaram os pesquisadores a identificá-la como um altar, onde se realizavam publicamente os sacrifícios e o processamento dos corpos, tanto de humanos como de animais. Estejam corretos ou não os detalhes dessa reconstituição, é sugestiva a associação entre os restos de animais abatidos e seres humanos. A Casa das Caveiras encontrou seu fim numa conflagração violenta, depois da qual o povo de Çayönü recobriu todo o conjunto com uma grossa camada de terra e cascalho.

O que estamos vendo na Casa das Caveiras talvez seja, ainda que em forma bastante diferente, um conjunto de ideias já familiares da Amazônia e outros lugares: a caça como predação, passando sutilmente de modo de subsistência a uma forma de moldar e exercer o domínio sobre outros seres humanos. Afinal, mesmo os senhores feudais europeus tinham a tendência de se identificar com leões, falcões e outros predadores (e também gostavam do simbolismo de cravar cabeças em mastros; “cortem-lhe a cabeça!” ainda é a frase mais popular identificada com a monarquia britânica).<sup>60</sup> Mas e a própria Göbekli Tepe? Se a exposição de cabeças como troféus era de fato um aspecto importante da função do local, certamente restaria algum vestígio mais claro, e não só alguns entalhes sugestivos em pedra.

Até agora, são raros os restos humanos em Göbekli Tepe. E isso torna ainda mais notável que — entre as poucas centenas de fragmentos de ossos humanos pré-históricos até agora recuperadas no sítio — cerca de dois terços sejam de fato segmentos de crânios ou de ossos faciais, alguns conservando sinais de descarne e mesmo de decapitação. Entre eles, encontraram-se restos de três crânios, recuperados da área dos santuários de pedra, que contêm evidências de tipos mais elaborados de modificação cultural na forma de perfurações e incisões profundas, permitindo que os crânios fossem pendurados num cordel ou cravados no alto de um mastro.<sup>61</sup>

Em capítulos anteriores, examinamos por que a agricultura não foi uma ruptura história humana, como tendemos a crer. Agora, finalmente estamos em condições de reunir os vários fios desse capítulo e explicar um pouco a importância disso. Recapitulemos.

O cultivo neolítico começou no Sudoeste da Ásia como uma série de especializações locais nas atividades de plantio e pastoreio, espalhadas por várias partes da região, sem nenhum epicentro. Essas estratégias, ao que tudo indica, foram adotadas para permitir o acesso a parcerias comerciais e a localizações ideais para a caça e a coleta, que prosseguiram inalteradas paralelamente ao cultivo. Como discutimos no capítulo 1, esse “comércio” podia muito bem estar mais relacionado com questões de sociabilidade, romances e aventuras do que costumamos considerar. Mesmo assim, fossem lá quais fossem as razões, durante milênios deu-se entre as aldeias um intercâmbio dessas inovações lo-

cais — desde o grão de trigo deixando de se desprender da ráquis até os rebanhos de ovinos dóceis —, gerando uma determinada uniformidade entre um conjunto de sociedades de uma ponta a outra do Oriente Médio. Surgiu um padrão de “pacote” de cultivo misto, desde a cordilheira iraniana de Zagros às costas orientais do Mediterrâneo, que então se espalhou mais além, embora, como veremos, com resultados bem diferentes.

Mas, desde seus primórdios, o cultivo representou muito mais do que uma nova economia. Veio acompanhado também pela criação de padrões de vida e de rituais que, passados milênios, ainda permanecem obstinadamente entre nós, e que desde aquela época se tornaram características constantes da existência social entre amplos setores da humanidade, abrangendo de tudo: desde as festas nas colheitas ao hábito de se sentar num banco, de comer pão com queijo, de entrar e sair por portas ou de olhar o mundo pela janela. Originalmente, como vimos, grande parte do modo de vida neolítico se desenvolveu ao lado de outro padrão cultural nas zonas de montanha e de estepe do Crescente Fértil, caracterizado de forma bem clara pela construção de grandes monumentos de pedra e por um simbolismo da virilidade e predação masculina que excluía em larga medida os interesses femininos. Em contraste com isso, a arte e os rituais dos assentamentos de baixada nos vales do Eufrates e do Jordão apresentam as mulheres como cocriadoras de uma forma distinta de sociedade — aprendida com a rotina produtiva do cultivo, do pastoreio e da vida aldeã — e celebradas com a modelagem e fixação de materiais maleáveis, como a argila ou as fibras, em formas simbólicas.<sup>62</sup>

Poderíamos, claro, atribuir essas oposições culturais a uma coincidência, ou talvez até mesmo a fatores ambientais. Mas, avaliando a grande proximidade entre os dois padrões culturais e constatando que os grupos responsáveis por cada padrão tinham plena ciência da existência do outro e trocavam objetos entre eles, é igualmente possível, e talvez mais plausível, entender o que aconteceu como o resultado de uma diferenciação mútua e consciente, de uma cismogênese, similar ao que rastreamos no capítulo anterior sobre as sociedades forrageadoras recentes da Costa Oeste norte-americana. Quanto mais os moradores das áreas de montanha vinham a organizar sua vida artística e cerimonial em torno do tema da violência predatória masculina, mais os moradores das áreas de baixada tendiam a organizar a sua em torno do simbolismo e do conhecimento femininos — e vice-versa. Sem fontes escritas

que nos guiem, as evidências mais claras dessas oposições mútuas ao nosso alcance se dão quando as coisas ficam de ponta-cabeça (literalmente, no nosso caso), como quando um dos grupos parece querer ostentar com grande ênfase sua posição contrária a alguma conduta muito característica do outro.

Essas evidências não são difíceis de encontrar, visto que os moradores das áreas de baixada, tal como seus vizinhos de montanha, também atribuíam grande importância ritual a cabeças humanas, mas escolhendo dar-lhes um tratamento que seria mais do que estranho nas terras altas. Ilustremos rapidamente o que queremos dizer.

Os objetos talvez mais identificáveis — e com certeza os mais macabros — encontrados em aldeias do Neolítico Inicial no Corredor Levantino (Israel, Palestina, Jordânia, Líbano e o Eufrates sírio) são os “retratos de caveiras”. São cabeças removidas das sepulturas de mulheres, homens e às vezes crianças num processo secundário, após a decomposição do cadáver. Depois de separá-las do corpo, limpavam-nas, modelavam-nas cuidadosamente com argila e então revestiam-nas com camadas de gesso, convertendo-as em coisas totalmente diferentes. Muitas vezes inseriam-se conchas nas cavidades oculares, e a argila e o gesso faziam as vezes da carne e da pele. Tintas vermelhas e brancas contribuíam para dar mais vida às peças. Os retratos de caveiras parecem ter sido relíquias de família, cuidadosamente conservados e restaurados ao longo das gerações. Alcançaram o auge da popularidade no oitavo milênio a.C., quando Göbekli Tepe entrou em declínio, época em que a prática se difundira até Çatalhöyük; lá, uma cabeça assim modelada foi encontrada numa posição de intimidade, presa junto ao peito de um cadáver feminino.<sup>63</sup>

Desde que esses objetos intrigantes vieram pela primeira vez à luz, em Jericó, no começo do século xx, os arqueólogos vêm tentando decifrar seu significado. Muitos estudiosos os consideram como manifestações de cuidado e reverência pelos antepassados. Mas são literalmente incontáveis as maneiras de mostrar pesar ou respeito pelos ancestrais, sem remover de forma sistemática os crânios de seu local de descanso e lhes conferir vida com a aplicação de camadas de argila, gesso, conchas, fibras e pigmentos. Mesmo nas áreas de baixada do Crescente Fértil, esse tratamento era reservado a uma minoria. Era mais frequente que os crânios humanos removidos das sepulturas não recebessem nenhum tratamento, enquanto outros tinham uma complexa história como objetos rituais, a exemplo de um conjunto de caveiras de Tell Qarassa,

no sul da Síria, que se descobriu que haviam sido deliberadamente mutiladas em volta do rosto num ato, ao que tudo indica, de profanação póstuma.<sup>64</sup>

Nos vales do Jordão e do Eufrates e terras próximas, a prática de manipular crânios humanos tem uma história ainda mais longa, recuando aos caçadores-coletores natufianos, antes do início do Neolítico; mas a longevidade histórica não supõe necessariamente um contexto local exclusivo para inovações rituais posteriores, como o acréscimo de materiais decorativos para fazer os retratos de caveiras. Talvez a atividade de fazê-los dessa maneira específica se destinasse não só a restabelecer uma ligação com os mortos, mas também a negar a lógica do esfolamento, dos cortes, das perfurações e da acumulação de crânios como troféus. No mínimo, oferece uma indicação adicional de que as populações de baixada e de montanha no Crescente Fértil estavam seguindo trajetórias culturais muito diferentes — e, em alguns aspectos, mutuamente opostas — ao longo dos séculos em que houve a domesticação inicial de plantas e animais.<sup>65</sup>

#### CILADAS SEMÂNTICAS E MIRAGENS METAFÍSICAS

Nos anos 1970, um brilhante arqueólogo de Cambridge chamado David Clarke previu que, com as pesquisas modernas, quase todos os aspectos do velho edifício da evolução humana, “as explicações do desenvolvimento do homem moderno, da domesticação, da metalurgia, da urbanização e da civilização — podem aparecer em perspectiva como ciladas semânticas e miragens metafísicas”.<sup>66</sup> Já existem indícios começando a sugerir que ele tinha razão.

Recapitulemos mais um pouco. Um dos alicerces daquele velho edifício da evolução social humana era a atribuição de um momento histórico específico às sociedades forrageadoras, que seria o prelúdio a uma “Revolução Agrícola” que supostamente mudou tudo no curso da história. A tarefa dos forrageadores nessa narrativa convencional é a de serem tudo o que os agricultores não são (e assim explicarem também, por extensão, o que é a agricultura). Se os agricultores são sedentários, os forrageadores devem ter mobilidade; se os agricultores produzem ativamente alimentos, os forrageadores devem meramente coletá-los; se os agricultores têm propriedade privada, os forrageadores devem rejeitá-la; se as sociedades agrícolas são desiguais, é em contraste com



o igualitarismo “inato” dos forrageadores. Por fim, se forrageadores por acaso vierem a apresentar algum traço em comum com os agricultores, a narrativa dominante determina que esse grupo só pode ser de natureza “incipiente”, “emergente” ou “desviante” — e assim, quanto ao seu destino, de duas uma: ou “evoluem” para agricultores, ou vêm a definhir e morrer.

A esta altura, deve estar cada vez mais claro para o leitor que quase nada dessa narrativa convencional condiz com as evidências disponíveis. No Crescente Fértil do Oriente Médio, considerado por muito tempo como o berço da “Revolução Agrícola”, não houve nenhuma “guinada” do forrageador paleolítico para o agricultor neolítico. A transição de uma subsistência baseada em recursos silvestres para uma vida baseada na produção de alimentos levou cerca de 3 mil anos. E, embora a agricultura permitisse a *possibilidade* de concentrações de riqueza mais desiguais, na maioria dos casos isso só começou a acontecer milênios após seu surgimento. Nos séculos de entremeio, as pessoas estavam experimentando e avaliando com cautela a atividade de cultivo, um “cultivo lúdico”, por assim dizer, alternando entre os modos de produção, assim como faziam em suas estruturas sociais.

Evidentemente, não faz mais sentido utilizar expressões como “a Revolução Agrícola” ao tratarmos de processos de tão desmesurada extensão e complexidade. E, como não houve nenhum estado edênico de onde os primeiros agricultores pudessem sair e dar seus primeiros passos na rota para a desigualdade, faz menos sentido ainda falar sobre a agricultura como marco de origem da hierarquia social, da desigualdade ou da propriedade privada. No Crescente Fértil, é em especial entre os grupos de montanha, os mais afastados de qualquer dependência da agricultura, que encontramos o entranhamento da estratificação e da violência, ao passo que seus vizinhos de baixada, que ligavam o cultivo alimentar a rituais sociais importantes, se mostram decididamente mais igualitários, e grande parte desse igualitarismo está relacionada com um aumento da visibilidade social e econômica das mulheres, que se reflete na arte e nos rituais dessas populações. Nesse sentido, o trabalho de Gimbutas — embora esboçado a traços largos, às vezes beirando o caricatural — não errou muito o alvo.

Tudo isso traz uma pergunta óbvia: se a adoção do cultivo na verdade colocou a humanidade, ou pelo menos uma pequena parte dela, numa rota que *se afastava* da dominação violenta, o que deu errado?

## 7. A ecologia da liberdade

### *Como a agricultura avançou pelo mundo aos saltos, tropeços e logros*

Em certo sentido, o Crescente Fértil, no Oriente Médio, se destaca pelo fato de sabermos bastante sobre o que aconteceu ali. Desde muito reconhecido como um balão de ensaio de domesticação de plantas e animais, foi mais intensivamente estudado do que quase qualquer outra região, com exceção da Europa. Esse acúmulo de material nos permite delinear algumas das mudanças sociais que acompanharam os primeiros passos da domesticação de plantas e animais e, em certa medida, até nos apoiarmos em evidências negativas. É difícil, por exemplo, sustentar algum tipo convincente de argumentação em que a guerra seja um elemento relevante das primeiras sociedades agricultoras no Oriente Médio, pois, se fosse assim, era de esperar evidências disso nos registros. Por outro lado, são abundantes os indícios de comércio e ofícios especializados, bem como da importância de estatuetas de mulheres na arte e nos rituais.

Pelos mesmos motivos, podemos fazer comparações entre a área de baixada Crescente Fértil (sobretudo o Corredor Levantino, que passava pelo vale do rio Jordão) e a região de montanha (planaltos e pés de serra no leste da Turquia), onde desenvolvimentos igualmente precoces na vida das aldeias e nas produções locais estavam associados à construção de monumentos de pe-

dra adornados com símbolos masculinos e imagens de violência predatória.<sup>1</sup> Para alguns estudiosos, todos esses desenvolvimentos constituíam partes de um único processo, que em seu todo apontavam para o “surgimento da agricultura”. No entanto, os primeiros agricultores eram cultivadores relutantes que parecem ter se dado conta das implicações logísticas do cultivo da terra e evitaram se comprometer demais com essa atividade. Seus vizinhos na área de montanha, também acomodados em áreas com recursos silvestres variados, demonstraram ainda menos interesse em vincular a vida a uma gama reduzida de culturas e rebanhos.

Se a situação em apenas um dos berços da agricultura incipiente era assim complexa, então por certo deixa de fazer sentido perguntar “quais são as implicações sociais da transição para a agricultura?” — como se houvesse necessariamente uma única transição, e apenas um conjunto de implicações. Sem dúvida, é um equívoco supor que o plantio de sementes ou a criação de rebanhos de ovinos implicam que alguém seja *obrigado* a aceitar arranjos sociais mais desiguais, apenas para evitar uma “tragédia dos bens comuns”. Há um paradoxo aqui. A maioria das obras gerais sobre a história humana de fato pressupõe algo assim; mas quase ninguém, diante de questionamentos mais incisivos, defenderia a todo custo tal suposição, pois é uma falácia evidente. Qualquer estudioso das sociedades agrárias sabe que os povos inclinados a ampliar a agricultura de forma sustentável, sem privatizar a terra ou ceder sua administração a uma classe de supervisores, sempre encontram maneiras de fazer isso.

O direito de uso comunitário da terra, o sistema de “campos abertos”, a redistribuição periódica dos lotes e o manejo conjunto dos pastos não são nada excepcionais, e foram adotados com frequência durante séculos nos mesmos locais.<sup>2</sup> O *mir* russo é um exemplo célebre, mas esquemas similares de redistribuição de terra existiram por toda a Europa, desde as Terras Altas da Escócia até os Bálcãs, às vezes inclusive em épocas bem recentes. O termo anglo-saxão para isso era *run-rig* ou *rundale*. Claro que as regras de redistribuição variavam de um caso para o outro — em alguns, o critério era *per stirpes*, em outros, de acordo com a quantidade de membros de uma família. Com mais frequência, a localização exata de cada terreno era definida por sorteio, com cada família tendo acesso a um lote em áreas de terra de qualidade diferente,

de modo que ninguém fosse obrigado a se deslocar muito para chegar aos campos, ou tivesse de cultivar solos de qualidade sempre inferior.<sup>3</sup>

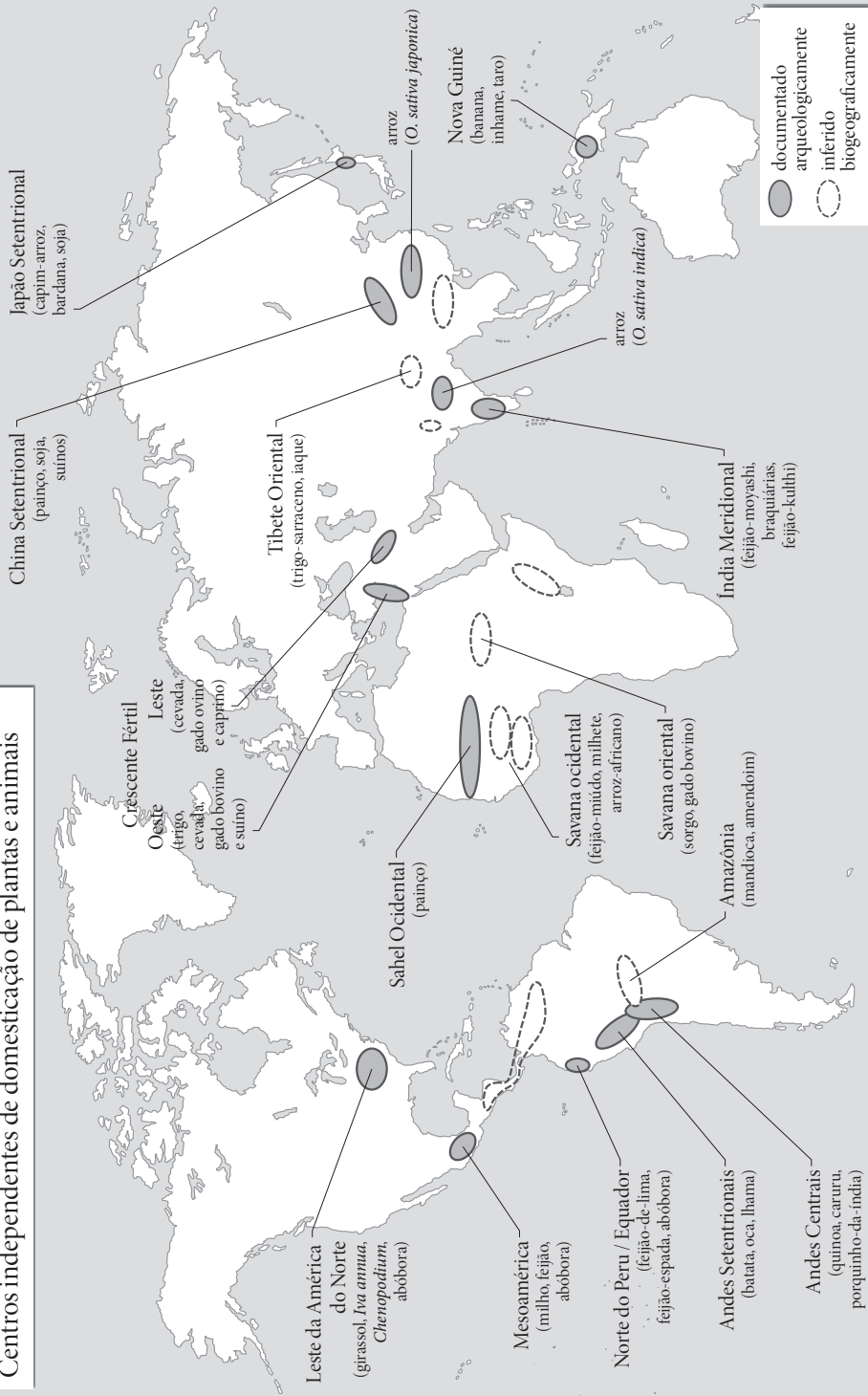
Evidentemente, não foi apenas na Europa que isto ocorreu. Em suas *Lectures on the Early History of Institutions* [Palestras sobre a história primitiva das instituições] (1875), Henry Sumner Maine — ocupante da primeira cátedra de jurisprudência histórica e comparativa na Universidade de Oxford — já discutia casos de redistribuição periódica de terras e de instituições do tipo *rundale* desde a Índia até a Irlanda, observando que, quase até em sua própria época, “eram frequentes os casos nos quais a terra arável era dividida em lotes em que se revezavam periodicamente, por vezes a cada ano, as famílias usuárias”. E que, na Alemanha pré-industrial, onde a ocupação das terras era rateada entre “associações de marcas”, cada cultivador recebia lotes divididos segundo os três principais tipos de solo. É importante notar, comenta Maine, que não se tratava de formas de propriedade, mas de “modos de ocupação”, semelhantes aos direitos de acesso encontrados em muitos grupos forrageadores.<sup>4</sup> Muitos outros exemplos poderiam ser citados (como o sistema *masha’a*, na Palestina, ou o *subak*, em Bali).<sup>5</sup>

Em suma, simplesmente não há motivo para supor que a adoção da agricultura em períodos mais remotos também implicasse o início da propriedade privada da terra, da territorialidade ou de um abandono irreversível do igualitarismo dos forrageadores. Ainda que isso tenha acontecido vez por outra, não é mais possível considerá-lo como um pressuposto automático. Como vimos no capítulo anterior, o exato oposto parece se aplicar ao Crescente Fértil no Oriente Médio, ao menos nos primeiros milênios subsequentes ao aparecimento da agricultura. Se a situação em apenas um dos berços dos primórdios do cultivo foi tão discrepante de nossas expectativas evolutivas, só nos resta imaginar quantas outras histórias ainda podem ser contadas a respeito dos outros locais em que surgiu a agricultura. E de fato esses outros locais se mostram cada vez mais numerosos à luz de novas evidências, genéticas e botânicas, bem como arqueológicas. O que vem se delineando é um processo muito mais desordenado e muito menos direcionado do que se imaginava, o que nos força a levar em conta uma gama maior de possibilidades. Neste capítulo, mostraremos o quanto esse quadro vem se modificando e chamaremos a atenção para alguns padrões surpreendentes que começam a se destacar.

No passado, os geógrafos e os historiadores estavam convencidos de que as plantas e os animais haviam sido domesticados a princípio somente em algumas zonas “nucleares”: as mesmas áreas onde surgiram depois sociedades de grande escala e politicamente centralizadas. No Oriente Médio havia trigo e cevada, além de ovelhas, cabras, porcos e bovinos; na China, arroz (*japonica*), soja e uma variedade distinta de porcos; a batata, a quinoa e a lhama nos Andes peruanos; e o milho, o abacate e o chili na Mesoamérica. Esses alinhamentos geográficos nítidos entre os primeiros núcleos de domesticação de plantas e o surgimento dos Estados centralizados reforçavam a especulação de que uma coisa era resultado da outra: que a produção de alimentos foi responsável pelo surgimento das cidades, da escrita e da organização política centralizada ao proporcionar o excedente calórico necessário para o sustento de grandes populações e de classes privilegiadas de administradores, guerreiros e políticos. A invenção da agricultura, segundo essa perspectiva, teria nos colocado no rumo que, mais tarde, nos levaria aos aurigas assírios, burocratas chineses, reis-sol incas ou sacerdotes astecas que se apropriavam de uma parcela significativa das safras de cereais. Mais cedo ou mais tarde, a dominação — quase sempre violenta e impiedosa — era a consequência inevitável.

A ciência arqueológica mudou tudo isso. Hoje os especialistas já identificaram de quinze a vinte núcleos independentes de domesticação, muitos dos quais seguiram caminhos de desenvolvimento bem distintos dos encontrados na China, no Peru, na Mesoamérica ou na Mesopotâmia (e mesmo esses também não foram muito similares, como veremos nos próximos capítulos). A esses núcleos iniciais de agricultura foram acrescentados agora, entre outros, o subcontinente indiano (onde foram domesticados o painço, o feijão mungu, o feijão kulthi, o arroz *indica* e o boi zebu); as pradarias da África Ocidental (outra variedade de painço); o planalto central da Nova Guiné (banana, taioba e inhame); as florestas tropicais da América do Sul (mandioca e amendoim); e as matas do leste da América do Norte, onde um conjunto distinto de sementes locais — amaranto, girassol e *Iva annua* — foi cultivado bem antes da introdução do milho originário da Mesoamérica.<sup>6</sup>

# Centros independentes de domesticação de plantas e animais



● documentado arqueologicamente  
 ○ inferido biogeograficamente

Sabemos muito menos sobre a pré-história dessas regiões do que sobre a do Crescente Fértil. Nenhuma seguiu uma trajetória linear que ia do cultivo de plantas à formação de Estados. Tampouco há razões para supor que o cultivo tenha se difundido com rapidez a partir dessas regiões para as áreas circundantes. Nem sempre a produção de alimentos se mostra como algo obviamente benéfico para coletores, pescadores e caçadores. Muitas vezes os historiadores, ao traçarem um panorama, escrevem como se isso fosse um fato, ou como se as únicas barreiras à “difusão da agricultura” fossem as naturais, como o clima e a topografia. Decorre daí uma espécie de paradoxo, pois mesmo os forrageadores que viviam em ambientes muito favoráveis à agricultura, e claramente tinham ciência das possibilidades do cultivo de cereais, muitas vezes preferiram não fazê-lo. Nas palavras de Jared Diamond:

Assim como há regiões que se mostraram mais adequadas do que outras à origem da produção de alimentos, a facilidade de sua disseminação também variou bastante ao redor do mundo. Algumas áreas ecologicamente muito adequadas ao cultivo de alimentos jamais o fizeram em épocas pré-históricas, mesmo estando próximas de áreas produtoras de alimentos no mesmo período. Os exemplos mais claros são o fracasso tanto da agricultura como do pastoreio para chegar à Califórnia a partir do Sudoeste dos Estados Unidos, ou à Austrália desde a Nova Guiné e a Indonésia, além do fracasso da difusão da agricultura a partir a província de Natal para a do Cabo na África do Sul.<sup>7</sup>

Como vimos no capítulo 5, o fracasso da agricultura em “chegar” à Califórnia não é uma maneira das mais convincentes de formular o problema. Trata-se apenas uma versão atualizada da velha abordagem difusionista, que identifica traços culturais (camas de gato, instrumentos musicais, agricultura e assim por diante) e mapeia a forma como migraram ao redor do globo, e a partir disso explica por que não alcançaram certos locais. Na realidade, temos todos os motivos para crer que a agricultura “chegou” à Califórnia na mesma época em que surgiu em todas as outras partes da América do Norte. Porém, o que ocorreu foi que — a despeito de uma ética de trabalho que valorizava a laboriosidade, e de um sistema regional de trocas que teria permitido a rápida difusão de inovações — as pessoas que lá viviam rejeitaram a prática com a mesma firmeza com que se recusaram a adotar a escravidão.

Mesmo no Sudoeste dos Estados Unidos, a tendência geral por cinco séculos antes da chegada dos europeus foi de abandono gradual do milho e do feijão, que em outros locais eram cultivados havia milênios, e de uma retomada de um modo de vida forrageador. Durante esse período, eram os californianos que promoviam a difusão, com as populações originariamente do leste do estado transmitindo novas técnicas de forrageamento e substituindo os povos agricultores até em lugares tão distantes quanto os atuais estados de Utah e Wyoming. Quando os espanhóis chegaram ao Sudoeste, as sociedades Pueblo, antes predominantes na região, restringiam-se a bolsões isolados de agricultores, totalmente rodeados por caçadores-coletores.<sup>8</sup>

#### ALGUMAS QUESTÕES TERMINOLÓGICAS RELEVANTES NA DISCUSSÃO DO DESLOCAMENTO PELO GLOBO DE PLANTAS E ANIMAIS DOMESTICADOS

Em livros de história geral, muitas vezes encontramos frases como “cultivos e rebanhos difundiram-se rapidamente pela Eurásia”, ou “o conjunto de plantas do Crescente Fértil desencadeou o cultivo de alimentos desde a Irlanda até o Indo”, ou, ainda, “o milho disseminou-se rumo ao norte a passos de lesma”. Esse tipo de linguagem é apropriado para descrever a expansão das economias neolíticas de milênios atrás?

No máximo, parece refletir a experiência dos últimos séculos, quando as espécies domesticadas do Velho Mundo de fato conquistaram os ambientes das Américas e da Oceania. Nesse período mais recente, os cultivos e os rebanhos foram capazes de se “alastrar” como fogo em mato seco, transformando de tal modo os habitats existentes que em poucas gerações eles se tornaram irreconhecíveis. Contudo, isso se deve menos à natureza do cultivo de sementes e mais à expansão imperial e mercantil: as sementes se difundem com mais rapidez quando levadas por aqueles que contam com exércitos e são impelidos pela incessante necessidade de ampliar seus empreendimentos e lucros. A situação no Neolítico era completamente distinta. Sobre tudo nos milênios iniciais após o fim da última Era Glacial, a maioria das pessoas ainda não se dedicava à agricultura, e as safras dos cultivadores tinham de competir com toda uma panóplia de predadores silvestres e parasitas, a maioria dos quais acabaram eliminados das áreas cultivadas.



Para começar, as plantas e os animais domesticados não podiam se “alastrear” além de seus limites ecológicos originais sem um esforço significativo por parte dos cultivadores e pastores. Além de encontrar, era preciso também modificar ambientes apropriados com a limpeza do terreno, a adubação, o terraceamento etc. Embora a escala de modificação da paisagem talvez nos pareça pequena — pouco mais do que ligeiras adaptações ecológicas —, ainda assim era bastante onerosa pelos padrões locais e crucial para a ampliação do âmbito das espécies domésticas.<sup>9</sup> Evidentemente, sempre havia rotas de menor resistência, acidentes topográficos e regimes climáticos mais ou menos favoráveis à economia neolítica. O eixo leste-oeste da Eurásia abordado por Jared Diamond em *Armas, germes e aço* (1997), ou as “latitudes afortunadas” mencionadas por Ian Morris em *Why the West Rules — For Now* [Por que o Ocidente domina — Por enquanto] (2010), são corredores ecológicos desse tipo.

Na Eurásia, como ressaltam esses autores, quase nunca se registram as acentuadas variações climáticas encontradas nas Américas, ou mesmo na África. As espécies terrestres podem se deslocar de uma ponta a outra do continente eurasiático sem atravessar os limites entre as zonas tropicais e as temperadas. O mesmo não ocorre nos continentes cujas extremidades se dispõem ao norte e ao sul, e que talvez sejam menos convenientes para essas transferências ecológicas. Essa característica geográfica básica é válida, sem dúvida, pelo menos para os últimos 10 mil anos de história. Explica por que os cereais originários do Crescente Fértil são hoje cultivados com êxito em locais tão distantes como a Irlanda e o Japão. Também esclarece, em certa medida, por que se passaram tantos milênios até que os cultivos americanos — como o milho ou a abóbora (domesticados nos trópicos) — fossem aceitos na região setentrional temperada do continente americano, em contraste com a adoção relativamente rápida das espécies eurásianas fora de suas áreas originais.

Em que medida essas observações nos ajudam a entender a história humana em maior escala? Até onde a geografia explica a história, em vez de simplesmente influenciá-la?

Nas décadas de 1970 e 1980, o geógrafo Alfred W. Crosby propôs várias teorias importantes sobre o modo como a ecologia moldou o curso da história. Entre outras coisas, foi o primeiro a chamar a atenção para o “intercâmbio co-

lombiano” — a extraordinária mescla de espécies não humanas desencadeada pela chegada dos europeus à América em 1492, e seu efeito transformador na configuração global da cultura, economia e culinária. Tabaco, pimenta, batata e perus seguiram para a Eurásia; milho, borracha e galinha chegaram à África; e frutas cítricas, café, cavalos, burros e gado bovino viajaram para as Américas. Crosby argumentou que a ascendência global das economias europeias a partir do século XVI podia ser explicada por um processo que chamou de “imperialismo ecológico”.<sup>10</sup>

As zonas temperadas da América do Norte e da Oceania, ressaltou ele, eram ideais para os cereais e os rebanhos eurasiáticos, não só por causa do clima, mas porque tinham poucos competidores nativos e nenhum parasita local, como os diversos fungos, insetos e roedores que se haviam adaptado ao consumo compartilhado do trigo cultivado. Transferidas para esse ambiente favorável, as espécies domesticadas do Velho Mundo passaram a se reproduzir de forma acelerada, em alguns casos voltando ao estado silvestre. Crescendo e pastando mais do que a flora e a fauna locais, transformaram os ecossistemas nativos a ponto de criar “novas Europas” — cópias exatas de ambientes europeus, como hoje vemos quando viajamos de carro pela ilha Norte na Nova Zelândia, ou por grande parte da região norte-americana da Nova Inglaterra. A investida ecológica contra os habitats nativos também incluía doenças infecciosas, como a varíola e o sarampo, originárias de ambientes do Velho Mundo, onde conviviam seres humanos e rebanhos. Enquanto as plantas europeias prosperavam com a ausência de pragas, as doenças transmitidas por animais domesticados (ou por humanos acostumados a conviver com eles) assolaram as populações indígenas, com taxas de mortalidade de até 95%, mesmo nos locais em que os colonos não escravizaram nem massacraram os nativos — o que, claro, era muito comum.

Desse ponto de vista, o êxito do imperialismo europeu moderno devia mais à “revolução neolítica no Velho Mundo” — com suas raízes no Crescente Fértil — do que às realizações específicas de Colombo, Magalhães, Cook e companhia. Em certo sentido, isso é verdadeiro. Mas a história da expansão agrícola *anterior* ao século XVI está longe de ser uma via de mão única; na verdade, está repleta de começos abortados, tropeções e mudanças de rumo. Isso se aplica cada vez mais à medida que retornamos no tempo. Para entendermos por que foi assim, temos de olhar para além do Oriente Médio e examinar

o que aconteceu com as mais antigas populações de cultivadores em outras regiões do mundo após o término da última Era Glacial. Antes disso, porém, convém esclarecer um ponto básico: por que, ao discutirmos essas questões, restringimo-nos apenas aos últimos 10 mil e tantos anos de história humana? Se os seres humanos estão no planeta há mais de 200 mil anos, por que a agricultura não se desenvolveu muito antes?

#### POR QUE A AGRICULTURA NÃO SE DESENVOLVEU MAIS CEDO

Desde que a nossa espécie existe, houve apenas dois períodos com clima quente o suficiente para sustentar uma economia agrária durante o tempo necessário para que deixasse marcas nos registros arqueológicos.<sup>11</sup> O primeiro foi o período interglacial Eemiano, por volta de 130 mil anos atrás. Então as temperaturas globais se estabilizaram em níveis ligeiramente superiores aos atuais, permitindo a difusão das florestas boreais ao norte até o Alasca e a Finlândia. Hipopótamos se banhavam nos rios Tâmis e Reno. Mas o impacto sobre as populações humanas foi limitado pelo âmbito geográfico restrito em que viviam. O segundo período é o que estamos vivendo agora. Quando começou, cerca de 12 mil anos atrás, os seres humanos já haviam se espalhado por todos os continentes e se estabelecido nos mais diversos ambientes. Os geólogos chamam esse período de Holoceno, do grego *holos* (todo) e *kainos* (novo).

Muitos geocientistas consideram agora que o Holoceno já terminou. Ao menos desde os últimos dois séculos, estamos entrando numa nova era geológica, o Antropoceno, em que pela primeira vez as atividades humanas são os principais fatores de mudança do clima global. Ainda há muita discussão entre os cientistas sobre o momento exato em que teve início o Antropoceno. A maioria dos especialistas aponta para a Revolução Industrial, mas há quem situe antes sua origem, remontando-a ao final do século XVI e início do seguinte. Nesse período houve uma queda global na temperatura atmosférica — parte da chamada “Pequena Era Glacial” — que não se explica por forças naturais. Muito provavelmente, a expansão europeia nas Américas teve um papel nisso. Com talvez 90% da população indígena aniquilada em consequência da conquista e das doenças infecciosas, as florestas retomaram regiões nas quais o cultivo em terraços e a irrigação vinham sendo praticados

por séculos. Na Mesoamérica, na Amazônia e nos Andes, cerca de 50 milhões de hectares de terra cultivada podem ter voltado a ser áreas naturais. A absorção de carbono pela vegetação aumentou em escala suficiente para mudar o sistema planetário e desencadear um período de resfriamento global impellido por seres humanos.<sup>12</sup>

Seja quando for seu início, o Antropoceno é o que fizemos com o legado da época do Holoceno, que de certo modo foi uma “página em branco” para a humanidade. E em seu princípio muita coisa era de fato nova. Com o recuo das geleiras, a flora e a fauna — antes confinadas a pequenas áreas de refúgio — se dispersaram por novos horizontes. E atrás delas seguiram as pessoas, que acabaram favorecendo algumas espécies por meio de queimadas e desmatamentos. O efeito do aquecimento global nos litorais foi mais complexo, pois trechos da plataforma continental sob as geleiras retornaram à superfície, ao passo que outros permaneceram sob o nível do mar, devido ao derretimento das geleiras.<sup>13</sup> Para muitos historiadores, o início do Holoceno é importante por ter criado as condições para o surgimento da agricultura. Porém, em muitas partes do mundo, como vimos, esse período também foi uma Era de Ouro para os forrageadores, e não podemos esquecer que esse paraíso foi o ambiente no qual se instalaram os primeiros cultivadores.

A expansão mais vigorosa das populações forrageadores ocorreu em áreas costeiras, recém-expostas pelo recuo das geleiras e providas de abundantes recursos silvestres. Peixes e aves marinhas, baleias e golfinhos, focas e lontras, caranguejos, camarões, ostras e moluscos de todos os tipos. Rios e lagoas de água doce, alimentados por geleiras de altitude, agora fervilhantes de lúcius e outros peixes, atraíam as aves migratórias. Em estuários, deltas e margens de lagos, temporadas anuais de pesca e coleta ocorriam com regularidade cada vez maior, conduzindo a padrões sustentados de agrupamentos humanos bem diversos dos existentes na Era Glacial, quando longas migrações sazonais de mamutes e outros animais de caça de grande porte organizavam boa parte da vida social.<sup>14</sup>

A savana e a floresta tomaram o lugar da estepe e da tundra em grande parte desse mundo pós-glaciação. Tal como em épocas anteriores, os forrageadores recorriam a técnicas de manejo da terra a fim de estimular o crescimento de espécies desejadas, como árvores com frutos e nozes. Por volta de 8000 a.C., seus esforços haviam contribuído para a extinção de cerca de dois

terços da megafauna, pouco adaptada aos habitats mais quentes e limitados do Holoceno.<sup>15</sup> As áreas florestadas em expansão proporcionavam uma superabundância de alimentos nutritivos e não perecíveis: nozes, frutas silvestres, folhas e fungos, processados com um novo conjunto de ferramentas compostas (“microlíticas”). Quando as matas substituíram as estepes, as técnicas de caça também mudaram: da coordenação sazonal de abates em massa para estratégias mais oportunistas e versáteis, voltadas para mamíferos de menor porte e com territórios mais restritos, entre eles alces, cervos, javalis e bois selvagens.<sup>16</sup>

Em retrospecto, é fácil esquecer que os agricultores chegaram a esse mundo novo em condições de inferioridade cultural. Suas primeiras expansões nada tinham a ver com as *missions civilisatrices* dos impérios agrários modernos. Quase sempre, como veremos, ocupavam as lacunas territoriais abandonadas pelos forrageadores: espaços geográficos muito remotos, ou inacessíveis, ou simplesmente pouco interessantes para atrair a atenção continuada de caçadores, pescadores e coletores. Mesmo nesses locais, as economias periféricas do Holoceno nem sempre tinham êxito. Um exemplo bastante expressivo é o princípio do Neolítico na Europa Central, onde a agricultura sofreu um de seus primeiros e mais estrondosos fracassos. Para entender melhor os motivos, convém examinarmos outros casos de expansão mais bem-sucedida das primeiras populações de agricultores na África, na Oceania e nas planícies tropicais da América do Sul.

Em termos históricos, não há vínculo direto entre esses casos. Em conjunto, porém, eles mostram em que medida o destino das primeiras sociedades agrícolas muitas vezes dependia menos do “imperialismo ecológico” do que daquilo que se poderia chamar — adaptando uma frase de Murray Bookchin, o pioneiro da ecologia social — de “ecologia da liberdade”.<sup>17</sup> Com esse termo, estamos nos referindo a algo bem específico. Se os camponeses são pessoas “implicadas existencialmente no cultivo da terra”,<sup>18</sup> então a ecologia da liberdade (o “cultivo lúdico”, em suma) é a condição oposta. A ecologia da liberdade descreve a propensão das sociedades humanas a adotar e abandonar (livremente) a agricultura; a realizar cultivos sem se tornarem cultivadores em tempo integral; a cultivar a terra e criar animais sem sujeitar demais a própria existência aos rigores logísticos da agricultura; e a preservar uma gama de fontes de nutrição ampla o suficiente para evitar que o cultivo da terra se torne

questão de vida ou morte. É exatamente esse tipo de flexibilidade ecológica que tende a ficar de fora das narrativas convencionais da história mundial, que apresentam o plantio de um único cereal como um ponto sem retorno.

Na verdade, esse aproveitamento intermitente do cultivo, ou sua permanência em um certo limiar, é algo que nossa espécie realizou com êxito na maior parte de seu passado.<sup>19</sup> Os arranjos ecológicos fluidos — mesclando o plantio de hortas, o cultivo de vazante às margens de lagos e nascentes, o manejo paisagístico em pequena escala (por meio de queimadas, podas, terraceamento etc.) e o encurralamento ou a criação de animais em estados semisselvagens, associados a uma série de atividades de caça, pesca e coleta — foram no passado típicos das sociedades humanas em diversas partes do mundo. Muitas vezes essas atividades foram mantidas durante milhares de anos, e não raro sustentavam populações consideráveis. Como veremos, talvez tenham sido também cruciais para a sobrevivência dos primeiros grupos humanos a domesticar plantas e animais. A biodiversidade — e não o biopoder — foi a chave inicial para o aumento da produção de alimentos no Neolítico.

#### UM ALERTA VINDO DO NEOLÍTICO: O DESTINO HORRÍVEL E SURPREENDENTE DOS PRIMEIROS AGRICULTORES NA EUROPA CENTRAL

Kilianstädten, Talheim, Schletz e Herxheim são todos nomes de sítios do início do Neolítico nas planícies de loess da Áustria e da Alemanha. Coletivamente, contam uma história pouco conhecida dos primórdios da agricultura.

Nesses locais, a partir de cerca de 5500 a.C., surgiram aldeias com um perfil cultural semelhante, conhecido como a tradição da “Cerâmica Linear”. Foram algumas das primeiras aldeias de cultivadores da Europa Central. No entanto, ao contrário da maioria dos outros assentamentos iniciais de agricultores, todas acabaram por desaparecer em meio a turbulências, assinaladas pela abertura e pelo preenchimento de grandes sepulturas coletivas. Os conteúdos dessas sepulturas apontam para o aniquilamento, ou a tentativa de aniquilamento, de toda uma comunidade: trincheiras escavadas grosseiramente ou valas reutilizadas contendo misturas caóticas de restos mortais, incluindo adultos e crianças de ambos os sexos, descartados como montes

de refugio. Os ossos exibem marcas reveladoras de tortura, mutilações e mortes violentas — rompimento de membros, escarpamentos, esartejamentos para canibalismo. Em Kilianstädten e Asparn, não foram encontrados restos de mulheres jovens, indicando que podem ter sido levadas como cativas.<sup>20</sup>

A economia agrária neolítica chegara à Europa Central levada por migrantes vindos do sudeste, com consequências que se revelariam catastróficas para alguns daqueles cujos ancestrais haviam se mudado para lá.<sup>21</sup> Os mais antigos assentamentos desses recém-chegados às planícies da Europa Central sugerem uma sociedade relativamente livre, com poucos indicadores de hierarquização, tanto no interior das comunidades como entre elas. As unidades familiares básicas — moradias comunitárias de madeira — tinham todas aproximadamente o mesmo tamanho. Por volta de 5000 a.C., contudo, começaram a surgir disparidades entre as habitações, e também nos tipos de objetos depositados nas sepulturas. Os assentamentos passaram a ser rodeados de valas largas, nas quais foram encontradas evidências de conflitos armados sob a forma de flechas, cabeças de machados e restos mortais. Em certos casos, quando os locais foram invadidos, essas mesmas valas foram transformadas em sepulturas coletivas para os moradores que deveriam proteger.<sup>22</sup>

Tamanha é a qualidade e a quantidade de material acuradamente datado que os pesquisadores conseguiram elaborar modelos das tendências demográficas que acompanharam essas mudanças. E suas reconstituições revelaram algo surpreendente. A chegada da agricultura à Europa Central estava associada a um surto demográfico incipiente e bastante significativo — exatamente o que se esperaria. Porém, o que se seguiu não foi um padrão de crescimento contínuo da população. Em vez disso, houve uma queda desastrosa, uma explosão e depois uma queda demográfica, entre 5000 a.C. e 4500 a.C., quase configurando um colapso regional.<sup>23</sup> Ou seja, esses grupos do início do Neolítico chegaram à região, ali se estabeleceram e, em seguida, em muitas áreas (mas não em todas, cabe ressaltar) a população foi diminuindo até desaparecer, ao passo que em outros pontos houve crescimento demográfico impulsionado por casamentos com populações forrageadoras mais bem estabelecidas. Somente depois de um hiato de cerca de um milênio o cultivo intensivo de cereais voltou a deslanchar na Europa Central e Setentrional.<sup>24</sup>

As narrativas mais antigas da pré-história tendiam a simplesmente supor que os colonos neolíticos se impuseram sobre as populações forrageadoras

nativas em termos demográficos e sociais; que tomaram o lugar delas ou as converteram a um modo de vida superior por meio de comércio e casamentos. O padrão de crescimento e queda nos primórdios da agricultura hoje documentado na Europa temperada contradiz esse quadro e levanta questões mais abrangentes sobre a viabilidade das economias neolíticas num mundo de forrageadores. Para responder a essas questões, precisamos saber um pouco mais sobre as próprias populações forrageadoras, e como desenvolveram tradições que datavam do Plistoceno após a Era Glacial e no começo do Holoceno.

Grande parte do que conhecemos a respeito das populações forrageadoras do período pós-glacial (Mesolítico) se baseia em achados arqueológicos ao longo dos litorais do Atlântico e do Báltico. Muita coisa desapareceu sob o mar. O que sabemos sobre esses caçadores-coletores do Holoceno deriva sobretudo de seus costumes funerários. Desde o norte da Rússia, passando pela Escandinávia, até a costa da Bretanha, essas práticas são esclarecidas por achados em cemitérios pré-históricos. As sepulturas eram muitas vezes ricamente decoradas. Nas regiões bálticas e ibéricas, também incluíam copiosas quantidades de âmbar. As ossadas revelam que os mortos foram enterrados em posturas surpreendentes — sentados ou inclinados, e até de ponta-cabeça — indicando códigos hierárquicos complexos e em grande parte indecifráveis. Nas margens da Eurásia Setentrional, turfeiras e sítios alagados preservam resquícios de uma tradição de entalhe de madeira que produziu ornamentos em esquis, trenós, canoas e em monumentos semelhantes aos mastros totêmicos da Costa Noroeste do Pacífico, na América do Norte.<sup>25</sup> Cajados encimados por efígies de alces e renas, lembrando as figuras da arte em pedra do Plistoceno, foram encontrados em áreas imensas: um simbolismo estável da autoridade, cruzando os limites dos grupos forrageadores locais.<sup>26</sup>

Como era o interior profundo da Europa, essa região onde se instalaram os agricultores, a partir da perspectiva dessas populações mesolíticas lá estabelecidas? Muito provavelmente parecia um beco sem saída ecológico, sem as vantagens óbvias dos ambientes costeiros. Talvez tenha sido exatamente isso o que permitiu aos colonos da Cerâmica Linear se dispersarem livremente a oeste e ao norte das planícies de loess — eles estavam se mudando para regiões com pouca ou nenhuma ocupação anterior. Não temos como saber se isso era



uma política deliberada, visando evitar o contato com os forrageadores locais. Porém, é certo que essa tendência começou a se romper à medida que os novos grupos de cultivadores se aproximaram das áreas litorâneas mais povoadas. O que isso significou na prática é muitas vezes ambíguo. Por exemplo, restos mortais de forrageadores litorâneos, achados em sítios mesolíticos na Bretanha, mostram níveis anormais de proteína de origem terrestre na dieta de mulheres jovens, contrastando com a preponderância de alimentos marinhos entre o restante da população. Ou seja, é possível que mulheres oriundas do interior (e que até então haviam se alimentado sobretudo de carne, e não de pescados) estavam sendo incorporadas aos grupos litorâneos.<sup>27</sup>

O que isso nos diz? Pode ser uma indicação de que as mulheres haviam sido capturadas em incursões que, plausivelmente, incluíam ataques dos forrageadores a comunidades de cultivo.<sup>28</sup> Não há como escapar aqui da especulação; nada sabemos se as mulheres se mudaram à força ou por ordem dos homens. Embora incursões e conflitos armados fossem claramente parte do que ocorria, seria simplista atribuir o fracasso inicial do cultivo neolítico na Europa somente a tais fatores. Explicações mais abrangentes serão consideradas oportunamente. Antes, contudo, afastemo-nos da Europa e examinemos alguns casos bem-sucedidos nos primórdios da agricultura. Primeiro na África, depois na Oceania e, por último, o caso um tanto diverso mas instrutivo da Amazônia.

#### DOIS LOCAIS MUITO DIVERSOS ONDE SE FIRMOU O CULTIVO NEOLÍTICO: A TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO NILO (C. 5000-4000 A.C.) E A COLONIZAÇÃO DAS ILHAS DA OCEANIA (C. 1600-500 A.C.)

Na mesma época em que os assentamentos da cultura da Cerâmica Linear se estabeleceram na Europa Central, a economia agrícola do Neolítico fez sua primeira aparição na África. A versão africana tinha a mesma origem da europeia, ou seja, vinha do Sudoeste da Ásia. E baseava-se nos mesmos cereais (trigo emmer e trigo einkorn) e animais (ovinos, caprinos e bovinos domesticados — talvez com o acréscimo de auroques africanos). A recepção africana desse “pacote” neolítico, porém, não poderia ter sido mais diferente. É quase como se os primeiros lavradores africanos o tivessem aberto, descartado parte

de seu conteúdo e o reembalado de maneiras tão extraordinariamente distintas que facilmente podem ser confundidas com inovações locais — e eram mesmo, em muitos aspectos.

A região em que isso ocorreu fora até então quase toda ignorada pelos forrageadores, mas logo se tornaria um eixo importante de mudanças demográficas e políticas: o vale do Nilo, no Egito e no Sudão. Em 3000 a.C., a integração política de seus trechos inferiores com o delta do Nilo resultaria no primeiro reino territorial do antigo Egito, voltado para o Mediterrâneo. No entanto, as raízes culturais dessa e de outras civilizações nilóticas posteriores remontavam a transformações anteriores, associadas à adoção do cultivo entre 5000 a.C. e 4000 a.C., cujo centro de gravidade estava na África. Esses primeiros lavradores africanos reinventaram o Neolítico à imagem deles. O cultivo de cereais foi relegado a um papel secundário (só recuperando seu status séculos mais tarde), e a ideia de que a identidade social de alguém era representada pelo lar familiar foi em grande parte abandonada. Em vez disso, surgiu um Neolítico bem diferente — maleável, vibrante e marcado pela improvisação.<sup>29</sup>

Essa nova forma de economia neolítica dependia sobretudo da criação de animais em rebanhos, associada a temporadas anuais de pesca, caça e coleta na rica planície aluvial do Nilo, e nos oásis e córregos sazonais (uádis) que hoje estão nos desertos próximos, mas que então ainda recebiam chuvas anuais. Os pastores de rebanhos entravam e saíam periodicamente desse “Saara Verde”, tanto a oeste como a leste, rumo à costa do mar Vermelho, e desenvolveram complexos sistemas de ostentação corporal. Novas formas de ornamentação pessoal empregavam pigmentos e minerais, prospectados nos desertos adjacentes, e uma deslumbrante variedade de contas, pentes, braceletes e outros adornos de marfim e osso, todos profusamente escavados em cemitérios neolíticos ao longo de todo o vale do Nilo, desde o Sudão Central até o Médio Egito.<sup>30</sup>

O que sobrevive hoje desses impressionantes artefatos pode ser visto em museus pelo mundo todo, e nos faz lembrar que, antes de existirem os faraós, quase todos podiam ter a expectativa de serem sepultados como reis, rainhas, príncipes ou princesas.

Outra grande expansão neolítica ocorreu nas ilhas da Oceania. E originou-se na outra extremidade da Ásia, nas culturas de cultivo de arroz e painço

de Taiwan e das Filipinas (suas raízes ainda mais profundas remontam à China). Por volta de 1600 a.C., ocorreu uma extraordinária dispersão de grupos de cultivadores a partir desses dois locais, e que só terminaria mais de 8 mil quilômetros a leste, na Polinésia.

Conhecido como o “horizonte Lapita” (o nome do sítio na Nova Caledônia onde sua cerâmica ornamentada foi identificada pela primeira vez), essa expansão precoce — que exigiu a criação das primeiras canoas com estabilizadores para enfrentar o mar aberto — costuma ser associada à difusão das línguas austronésias. O arroz e o painço, pouco adequados aos climas tropicais, foram descartados na etapa inicial da dispersão, substituídos, à medida que o horizonte Lapita avançava, por uma rica mescla de tubérculos e frutos encontrados pelo caminho, além de uma quantidade crescente de animais domesticados (porcos, acompanhados de cães e galinhas; e os ratos também pegaram carona nesse deslocamento). Essas espécies viajaram com os colonos do horizonte Lapita até ilhas anteriormente desabitadas — entre elas Fiji, Tonga e Samoa —, onde lançaram raízes (literalmente também, no caso da taioba e de outros tubérculos).<sup>31</sup>

Assim como os agricultores associados à tradição da Cerâmica Linear na Europa Central, os grupos do horizonte Lapita parecem ter evitado os núcleos de população já estabelecidos. Portanto, mantiveram distância do reduto de forrageadores na Austrália e também passaram longe de Papua Nova Guiné, onde uma forma local de cultivo já se consolidara no planalto em torno do vale do Wahgi.<sup>32</sup> Foi em ilhas virgens e atóis desabitados que fundaram suas aldeias, com casas empoleiradas em estacas. Com enxós de pedra, uma ferramenta indispensável em seus deslocamentos, desmatavam trechos da floresta para cultivar taioba, inhame e banana, que suplementavam com os animais domesticados e uma rica dieta de peixes, mariscos, tartarugas, aves e morcegos frugívoros.<sup>33</sup>

Ao contrário dos agricultores pioneiros da Europa, os colonos do horizonte Lapita diversificaram continuamente sua economia à medida que se espalhavam, e não só no que se referia ao cultivo de plantas e à criação de animais. Avançando na direção leste, os povos Lapita deixaram um rastro de objetos de cerâmica característicos, sua marca mais consistente no registro arqueológico. Ao longo do caminho, também toparam com muitos materiais novos. Os mais apreciados, como certos tipos de conchas, foram usados em ornamentos

variados — braceletes, colares, pingentes — cujos resquícios continuavam perceptíveis na cultura da Melanésia e da Polinésia séculos mais tarde, quando o capitão Cook (inadvertidamente refazendo os passos do horizonte Lapita) avistou a Nova Caledônia em 1774 e escreveu que a ilha o fazia lembrar da Escócia.

Outros itens prestigiosos entre os povos Lapita eram os cocares com penas de aves (representados nas cerâmicas), requintadas esteiras de folhas de pandano, e artefatos de obsidiana. As lâminas de obsidiana, circulando no arquipélago de Bismarck (a milhares de quilômetros de seu local de origem), eram usadas na tatuagem e escarificação da pele para que recebesse pigmentos e extratos vegetais. Embora as tatuagens em si não tenham sobrevivido, a ornamentação das vasilhas lapitas nos dá uma ideia do esquema básico, transferido da pele para os objetos de cerâmica. Tradições polinésias mais recentes de tatuagem e arte corporal — “embrulhando o corpo em imagens”, como se lê num famoso estudo antropológico — nos mostram como conhecemos pouco dos vibrantes mundos conceituais dessas épocas mais afastadas, e daqueles que primeiro levaram tais práticas às remotas paisagens insulares do Pacífico.<sup>34</sup>

#### O CASO DA AMAZÔNIA, E AS POSSIBILIDADES DE UM “CULTIVO LÚDICO”

À primeira vista, essas três variantes do “Neolítico” — na Europa, África e Oceania — poderiam parecer não ter quase nada em comum. No entanto, todas compartilham dois elementos importantes. O primeiro é que pressupunham um comprometimento sério com a agricultura. Das três variantes, a cultura da Cerâmica Linear foi a que mais se empenhou no cultivo de cereais e na criação de animais. A do vale do Nilo estava ligada sobretudo aos rebanhos, assim como a do horizonte Lapita, aos porcos e tubérculos. Em todos os casos, as espécies em questão foram plenamente domesticadas — ou seja, passaram a depender da intervenção humana para a sobrevivência, e não eram mais capazes de se reproduzirem sozinhas em condições naturais. Por outro lado, os povos em questão haviam orientado sua vida em função das necessidades de determinados animais e plantas; o cercamento, a proteção e a reprodução dessas espécies eram elementos perenes de sua existência, e cruciais para suas dietas. Todas as variantes acabaram se tornando agricultores “sérios”.

O segundo é que todos os três casos se beneficiaram de uma difusão deliberada da agricultura por terras em sua maioria desabitadas. A extrema mobilidade da variedade neolítica no vale do Nilo estendia-se sazonalmente para o deserto-estepe adjacente, mas evitava regiões densamente povoadas, como o delta do Nilo, a *gezira* sudanesa e os principais oásis (incluindo o Fayum, em cujas margens preponderavam pescadores-coletores, que quase sempre adotavam e abandonavam práticas de cultivo conforme sua conveniência).<sup>35</sup> De modo similar, a cultura da Cerâmica Linear na Europa lançou raízes em nichos inexplorados pelos coletores mesolíticos, como trechos de áreas de loess e barragens fluviais não usadas. O horizonte Lapita era também um sistema relativamente fechado, interagindo com outros quando necessário, mas incorporando novos recursos a seu modo de vida. Os agricultores sérios tendiam a formar sociedades com limites rígidos — étnicos e também linguísticos, em certos casos.<sup>36</sup>

Contudo, nem todas as expansões iniciais da agricultura eram tão “sérias” quanto essas variantes. Nas planícies tropicais da América do Sul, as pesquisas arqueológicas revelaram uma tradição claramente mais lúdica de produção de alimentos no Holoceno. Práticas semelhantes ainda eram amplamente adotadas até pouco tempo na Amazônia, como as dos nhambiquaras, na região do Mato Grosso, no Brasil. Em meados do século xx, eles passavam a estação das chuvas em aldeias na beira dos rios, cuidando de hortas onde cultivavam uma variedade de plantas, entre as quais mandioca-doce e mandioca-brava, milho, tabaco, feijão, algodão, amendoim e abóbora. O trabalho era descontraído, e eles pouco se esforçavam para manter separadas as diferentes espécies. Com a chegada da estação seca, esses cultivos emaranhados eram completamente abandonados. A aldeia toda se dispersava, separada em pequenos grupos nômades que se dedicavam à caça e à coleta. No ano seguinte, retomavam todo o processo de cultivo, muitas vezes em outro local.

Na Amazônia, esse processo sazonal de adoção e abandono do cultivo foi documentado numa ampla gama de sociedades indígenas, e é bastante antigo.<sup>37</sup> O mesmo vale para o costume de manter animais de estimação. Muitas vezes se diz que na Amazônia não há nenhum animal nativo domesticado e, de uma perspectiva biológica, isso de fato está correto. Do ponto de vista cultural, porém, as coisas são mais complicadas. Muitos grupos da floresta levam consigo o que só pode ser descrito como um pequeno zoológico composto

de animais locais amansados: macacos, papagaios, porcos-do-mato etc. Esses bichos de estimação com frequência são órfãos de outros que foram caçados e comidos. Adotados pelos humanos, alimentados e cuidados desde filhotes, eles se tornam completamente dependentes. A subserviência aos tutores perdura até ficarem adultos. Eles não são comidos, nem há interesse em que se reproduzam. Vivem como membros individuais da comunidade, que os trata como se fossem crianças, merecedores de afeto e fontes de entretenimento.<sup>38</sup>

As sociedades amazônicas também turvam nossa distinção convencional entre “selvagem” e “doméstico” de outras maneiras. Entre os animais que costumam caçar para alimento estão o porco-do-mato, a cutia e outros que classificamos como “selvagens”. No entanto, esses mesmos bichos são considerados localmente como domesticados, pelo menos no sentido de serem vassallos de “senhores dos animais” de caráter sobrenatural que os protegem e aos quais estão ligados. As figuras do “senhor” ou “senhora dos animais” são na verdade muito comuns nas sociedades de caçadores; por vezes, assumem a forma de um exemplar enorme ou perfeito de certo animal, como se fosse uma personificação da espécie, mas também aparecem como os donos humanos ou humanoides da espécie, a quem as almas de todos os veados ou focas ou renas precisam ser devolvidas pelos caçadores que os abatem. Na Amazônia, isso significa na prática que as pessoas evitam qualquer ingerência na reprodução dessas espécies a fim de não usurpar o papel dos espíritos.

Em outras palavras, na Amazônia não havia uma via cultural óbvia que possibilitasse aos humanos se tornarem tanto os principais cuidadores como os consumidores de outras espécies; os relacionamentos eram distantes demais (no caso da caça) ou íntimos demais (no caso dos animais de estimação). Estamos tratando aqui de povos que têm todas as habilidades ecológicas exigidas para cultivar a terra e criar rebanhos, mas que apesar disso se restringem, preservando um cuidadoso equilíbrio entre forrageador (ou melhor, silvicultor) e cultivador.<sup>39</sup>

A Amazônia mostra de que modo esse jogo de “cultivo intermitente da terra” pode ser bem mais do que uma questão transitória. Parece ter ocorrido ao longo de milhares de anos, uma vez que durante esse tempo há indícios de domesticação de plantas e manejo da terra, mas pouco comprometimento

com a agricultura.<sup>40</sup> A partir de 500 a.C., esse modo neotropical de produção de alimentos expandiu-se desde sua região original, nos rios Orinoco e Negro, acompanhando sistemas fluviais através da floresta úmida e, com o tempo, consolidando-se em toda a região que vai da Bolívia às Antilhas. Seu legado mais evidente é a distribuição de grupos atuais e históricos que falam línguas da família aruaque.<sup>41</sup>

Os grupos falantes dessas línguas se notabilizaram em séculos recentes como grandes articuladores de culturas — como mercadores e diplomatas, forjando as mais variadas alianças, com frequência visando vantagens comerciais. Mais de 2 mil anos atrás, um processo semelhante de mescla cultural estratégica (muito distinto das estratégias de isolamento dos agricultores mais “sérios”) parece ter provocado a convergência dos povos da bacia amazônica num sistema regional. As línguas aruaque e as que delas derivam são faladas em toda a várzea amazônica, desde as fozes do Orinoco e do Amazonas até suas cabeceiras no Peru. No entanto, os falantes de aruaque têm pouco em comum em termos de ancestralidade genética. Os vários dialetos estão estruturalmente mais próximos de seus vizinhos não aruaques do que uns dos outros, ou de qualquer suposta língua aruaque original.

Ao que parece, não houve uma difusão uniforme, mas um entrelaçamento direcionado de grupos ao longo das principais rotas de transporte e comércio por canoas. O resultado foi uma rede interconectada de trocas culturais que não tinha centro nem fronteiras definidas. O padrão de treliça na cerâmica amazônica, nos panos de algodão e na pintura corporal — recorrentes em estilos muito similares de um extremo a outro da floresta úmida — parece modelar esses princípios conectivos, enredando os corpos humanos numa complexa cartografia relacional.<sup>42</sup>

Até tempos bem recentes, a Amazônia era considerada um refúgio atemporal de tribos isoladas, tão próximas quanto possível do Estado de Natureza de Rousseau ou de Hobbes. Como vimos, essas noções romantizadas persistiram na antropologia até boa parte da década de 1980, por meio de estudos que atribuíam a grupos como os ianomâmis o papel de “ancestrais contemporâneos”, de janelas para nosso passado evolucionário. Esse quadro, porém, vem sendo contestado por pesquisas recentes nos campos da arqueologia e da etno-história.

Agora sabemos que, por volta do início da era cristã, a paisagem amazônica já estava salpicada de aldeias, terraplenos, monumentos e caminhos que se estendiam desde os reinos das terras altas peruanas até o Caribe. Ao chegarem ali no século XVI, os primeiros europeus descreveram movimentados assentamentos na planície aluvial, governados por chefes preeminentes que dominavam seus vizinhos. Embora seja grande a tentação de relegar esses relatos a hipérboles de aventureiros empenhados em impressionar seus patronos no Velho Mundo, isso fica cada vez mais difícil à medida que a ciência arqueológica torna mais nítidos os contornos dessa civilização da floresta tropical. Em parte, esse novo entendimento resulta de pesquisas em áreas restritas; em parte, é consequência do desmatamento em escala industrial, que, na bacia do Alto Amazonas (voltada para o oeste e os Andes), tornou visível uma tradição de terraplanagens monumentais, executadas de acordo com planos precisos e geométricos, e interligadas por redes de caminhos.<sup>43</sup>

O que exatamente desencadeou esse antigo florescimento amazônico? Até poucas décadas atrás, todos esses desenvolvimentos eram explicados como consequência de mais uma “Revolução Agrícola”. Supunha-se que, no primeiro milênio a.C., o cultivo intensivo de mandioca levava a um aumento da população amazônica, desencadeando assim uma onda de expansão humana por todas as várzeas tropicais. Essa hipótese está baseada em análises de mandioca domesticada que remontam até a 7000 a.C.; mais recentemente, no sul da Amazônia, constatou-se que o cultivo de milho e de abóbora começou em épocas igualmente remotas.<sup>44</sup> Contudo, há poucas evidências de cultivo generalizado no período crucial de convergência cultural, a partir de 500 a.C. Na verdade, a mandioca somente parece ter se tornado um cultivo fundamental *depois* do contato com os europeus. Tudo isso significa que ao menos alguns dos primeiros habitantes da Amazônia conheciam a domesticação de plantas, mas não a escolheram como base de sua economia, optando em vez disso por um tipo mais flexível de agrossilvicultura.<sup>45</sup>

Na floresta tropical, a agricultura moderna depende das técnicas de queimada e dos métodos de trabalho intensivo adaptados ao cultivo em grande extensão de algumas poucas espécies. A forma mais antiga, a que nos referimos, permitia uma variedade bem maior de cultivares, obtidos em hortas junto às habitações ou em clareiras próximas das aldeias. Esses antigos viveiros de plantas ficavam em áreas de solos especiais (ou, mais estritamente, “antrosso-



los”), conhecidos como “terra preta de índio” e “terra mulata”: terras escuras e muito mais férteis do que os solos tropicais comuns. Essa fertilidade maior é resultado da absorção de material orgânico como restos de comida, excrementos e carvão, produzidos nas atividades cotidianas das aldeias (formando as “terras pretas”), ou em episódios de queimadas e cultivo restritos no passado (“terras mulatas”).<sup>46</sup> O enriquecimento do solo na Amazônia antiga era um processo lento e constante, não uma atividade anual.

Esse tipo de “cultivo lúdico”, tanto na Amazônia como em outras partes, revelou-se, em épocas recentes, vantajoso para os povos indígenas. Rotinas de subsistência complexas e imprevisíveis constituem um excelente obstáculo ao avanço do Estado colonizador: trata-se literalmente de uma ecologia da liberdade. Não é fácil cobrar impostos e monitorar um grupo que se recusa a permanecer no mesmo lugar, e que se sustenta por um longo prazo sem depender de recursos fixos, ou que cultiva seus alimentos de forma invisível, no subsolo (como no caso dos tubérculos e outras raízes comestíveis).<sup>47</sup> Ainda que seja esse o caso, a história mais profunda dos trópicos americanos revela que padrões igualmente livres e flexíveis de produção de alimentos sustentaram o crescimento civilizatório em escala continental, muito antes da chegada dos europeus.

Na verdade, esse tipo específico de cultivo (“produção de alimentos de baixa intensidade”, em termos mais técnicos) caracterizou uma gama bastante ampla de sociedades do Holoceno, inclusive os primeiros agricultores do Crescente Fértil e da Mesoamérica.<sup>48</sup> No México, havia variedades domesticadas de abóbora e de milho por volta de 7000 a.C.<sup>49</sup> No entanto, esses cultivos só se tornaram a base da alimentação cerca de cinco milênios depois. Do mesmo modo, nas Florestas do Leste da América do Norte, havia culturas de sementes locais em 3000 a.C., mas o “cultivo sério” só começou por volta de 1000 d.C.<sup>50</sup> Na China encontramos um padrão similar. O cultivo do painço começou em pequena escala, por volta de 8000 a.C., nas planícies setentrionais, como suplementação sazonal da coleta e da caça feita com ajuda de cães. E assim continuou por três milênios, até a introdução de espécies cultivadas na bacia do rio Amarelo. Da mesma forma, no baixo e médio rio Yangtsé, variedades adaptadas de arroz aparecem somente quinze séculos depois do cultivo inicial de arroz selvagem em campos alagados. E talvez demorasse ainda mais, não fosse por um breve período de resfriamento global, por volta de 5000 a.C., que exauriu os arrozais inundados e prejudicou as coletas de nozes.<sup>51</sup>

Nessas duas regiões da China, muito tempo depois da sua domesticação, os porcos ainda ficavam atrás dos javalis e cervos em termos de importância na dieta. Também foi o que ocorreu nas terras altas de mata do Crescente Fértil, onde está situada Çayönü e sua Casa das Caveiras, e onde a relação entre seres humanos e porcos foi mais um flerte do que uma domesticação de fato.<sup>52</sup> Portanto, embora seja tentador colocar a Amazônia como uma alternativa do “Novo Mundo” ao Neolítico do “Velho Mundo”, a verdade é que, em ambos os hemisférios, os desenvolvimentos do Holoceno começam a parecer cada vez mais similares, pelo menos no que se refere ao ritmo geral das mudanças. E, em ambos os casos, parecem cada vez mais não revolucionárias. De início, muitas das sociedades agrárias do mundo tinham um espírito “amazônico”, mantendo-se no limiar da agricultura, mas sem descartar os valores culturais da caça e da coleta. Os “campos amenos” do *Discurso* de Rousseau ainda estavam muito distantes no futuro.

É possível que pesquisas futuras revelem flutuações demográficas entre as primeiras populações de agricultores (ou agrossilvicultores) na Amazônia, na Oceania, ou até mesmo entre os primeiros povos pastoris do vale do Nilo, similares àquelas registradas na Europa Central. De fato, algum tipo de declínio, ou no mínimo uma reconfiguração importante dos assentamentos, ocorreu no Crescente Fértil durante o sétimo milênio a.C.<sup>53</sup> De qualquer modo, não há como sermos muito categóricos sobre os contrastes entre essas diversas regiões, dada a diferença no volume de evidências para cada uma delas. Ainda assim, com base nas informações de que dispomos hoje, podemos ao menos recolocar a questão inicial: por que, em determinadas regiões da Europa, os agricultores neolíticos sofreram a princípio um colapso demográfico numa escala hoje desconhecida ou não registrada em outras partes?

As pistas estão nos menores detalhes.

O cultivo de cereais, na verdade, sofreu mudanças relevantes durante sua transferência do Sudoeste Asiático até a Europa Central através dos Bálcãs. Originalmente havia três variedades de trigo (einkorn, emmer e comum) e duas de cevada (com ou sem casca) sendo cultivadas, mas também cinco leguminosas diferentes (ervilha, lentilha, ervilhaca, grão-de-bico e chícharo). Em contraste, a maioria dos sítios da tradição da Cerâmica Linear contém

apenas variedades com gluma (trigo emmer e einkorn), e um ou dois tipos de leguminosas. A economia neolítica tornara-se cada vez mais restrita e uniforme, um subconjunto reduzido do original no Oriente Médio. Além disso, as paisagens de loess na Europa Central apresentavam pouca variação topográfica e oportunidades restritas para a adição de novos recursos, e as populações de forrageadores mais adensadas limitavam a expansão agrícola na direção dos litorais.<sup>54</sup>

Para os primeiros cultivadores da Europa, quase tudo passou a girar em torno de um único conjunto de alimentos. O cultivo de cereais alimentava a comunidade. Os subprodutos — joio e palha — serviam de combustível, de ração para animais e de material para construção, incluindo o preparo de vasilhas e de reboco para as casas. Os rebanhos ocasionalmente forneciam a carne, os laticínios e a lã, bem como o estrume para as hortas.<sup>55</sup> Com suas habitações coletivas de taipa e escassa cultura material, os primeiros assentamentos de cultivadores europeus apresentam uma semelhança peculiar com as sociedades camponesas de épocas posteriores. Muito provavelmente, também estavam sujeitos a algumas das mesmas fragilidades — não só ataques periódicos vindos de fora, mas também escassez de mão de obra, esgotamento do solo, doenças e quebras de safras em toda uma série de comunidades similares, com poucos recursos de ajuda mútua.

O cultivo neolítico era um experimento que podia dar errado — e, com o tempo, foi o que aconteceu.

#### MAS, AFINAL, QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO? (PARA RELEMBRAR OS PERIGOS DA ARGUMENTAÇÃO TELEOLÓGICA)

Neste capítulo acompanhamos o destino de alguns dos primeiros agricultores à medida que avançavam pelo mundo aos saltos, tropeços e logros, nem sempre com êxito. Mas o que isso nos diz sobre o curso geral da história humana? Na verdade, objetariam os mais céticos, o que importa mesmo no esquema mais amplo das coisas não são os primeiros passos titubeantes na direção da agricultura, e sim os efeitos no longo prazo. Afinal, já em 2000 a.C., a agricultura assegurava o sustento de grandes cidades, desde a China até o Mediterrâneo; e, em 500 a.C., diversas sociedades produtoras de alimentos

havia colonizado quase toda a Eurásia, com a exceção da África meridional, da região subártica e de um punhado de ilhas subtropicais.

Talvez o céptico insistisse que só a agricultura poderia destravar a capacidade de provisionamento das terras que os forrageadores não conseguiam ou não desejavam explorar. Embora houvesse gente disposta a abdicar de sua mobilidade e se fixar num local, seria possível extrair excedentes alimentícios até mesmo de pequenos lotes de solo cultivável, sobretudo depois da introdução do arado e da irrigação. Mesmo que tenham ocorrido recuos temporários, ou até fracassos catastróficos, no longo prazo as probabilidades sempre foram favoráveis aos capazes de fazer um uso intensivo da terra a fim de manter populações cada vez maiores e mais adensadas. E o mesmo céptico poderia concluir que somente graças à agricultura a população mundial poderia passar dos estimados 5 milhões no início do Holoceno para os 900 milhões em 1800 d.C., e os atuais bilhões.

Além disso, como populações tão grandes poderiam ser alimentadas sem a existência de cadeias de comando para organizar as massas e os cargos oficiais de liderança; sem dispor em tempo integral de governantes, soldados, policiais e outros que, não sendo produtores de alimentos, só poderiam ser mantidos graças aos excedentes agrícolas? Parece razoável propor essas questões, e aqueles que levantam o primeiro ponto quase sempre chegam ao segundo. Porém, ao fazerem isso, arriscam-se a abandonar a história. Não se pode simplesmente saltar do início da história para o final e pressupor que se sabe o que aconteceu no meio. Bem, é até possível para fazer isso, mas nesse caso estaríamos retornando aos mesmos contos de fadas com que estamos lidando ao longo deste livro. Por isso, recapitulemos brevemente o que já sabemos sobre a origem e a difusão da agricultura, e depois examinemos alguns dos eventos mais dramáticos por que passaram as sociedades humanas no decorrer dos últimos cinco milênios.

O cultivo da terra, como agora sabemos, muitas vezes começou como uma economia de privação — ou seja, algo só inventado quando nada mais restava a fazer, e é por isso que surgiu primeiro nas áreas em que havia maior escassez de recursos naturais. Era a exceção entre as estratégias do início do Holoceno, mas tinha um potencial de crescimento explosivo, sobretudo quando o cultivo de cereais era associado à criação de animais. Mesmo assim, era o estranho recém-chegado ao ninho. Como os primeiros cultivadores produzi-

ram mais lixo, e com frequência erguiam casas de argila cozida, também isso contribuiu para que se tornassem mais visíveis nos registros arqueológicos. Por esse motivo é que precisamos preencher imaginativamente as lacunas se quisermos saber o que se passava na mesma época em ambientes muito mais ricos, com populações que ainda dependiam em grande parte dos recursos naturais.

Os monumentos erguidos sazonalmente, como os de Göbekli Tepe ou do lago Shigirskoe, são um sinal tão claro quanto possível de que algo importante ocorria entre os caçadores-pescadores-coletores do Holoceno. No entanto, o que estava fazendo toda essa gente que não cultivava a terra, e onde vivia no restante do tempo? Terras altas florestadas, como os planaltos no leste da Turquia ou os sopés dos montes Urais, são boas candidatas a esses locais, mas, como quase todas as construções eram de madeira, pouco resta hoje de suas habitações. É bem provável que as comunidades maiores estivessem situadas às margens de lagos, rios e litorais, sobretudo em suas junções: nos deltas fluviais — como no sul da Mesopotâmia, nos trechos mais baixos do Nilo e do Indo — onde surgiram muitas das primeiras cidades do mundo, e aos quais precisamos retornar a fim de descobrir que papel a vida em centros urbanos grandes e adensados desempenhou (ou não) no desenvolvimento das sociedades humanas.